



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2026

Nº 183

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	4288
SECRETARIA DE FINANÇAS.....	4291
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	4294

TAQUIGRAFIA

ERRATA

No Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa de Rondônia nº 182, do dia 29 de setembro de 2026, página 4235,

ONDE SE LÊ:

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Obrigado aí pela oportunidade.

Para registrar nos Anais aqui da Casa e da reunião da CPI, queremos acusar aqui o recebimento do Ofício nº 4598/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 11/06/2026, em resposta a documentos emitidos por esta CPI.

Também acusamos o recebimento do Ofício nº 4791/2026, da Casa Civil, Ditelir, que foi recebido aqui em 17/06/2026.

Acusamos também o recebimento do Ofício nº 4676/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 11/06/2026.

Acusamos também o recebimento do Ofício nº 3775/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 12/05/2026.

Recebemos também aqui o Ofício de nº 4492/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/06/2026.

Ofício nº 4394/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/06/2026.

Ofício nº 5366/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/07/2026.

Mais algum encaminhamento ou podemos encerrar? Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, convoco Reunião Extraordinária para o dia 09 de julho do ano de 2026, às 08 horas.

Agradeço a contribuição de todos os servidores da Casa, a equipe do nosso gabinete, e declaro por encerrada esta reunião.

Boa tarde a todos e todas.

(Encerra-se esta Reunião às 16 horas e 09 minutos)

LEIA-SE:

O SR. ENIO ROBERTO MILANI – Obrigado aí pela oportunidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Para registrar nos Anais aqui da Casa e da reunião da CPI, queremos acusar aqui o recebimento do Ofício nº 4598/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 11/06/2026, em resposta a documentos emitidos por esta CPI.

Também acusamos o recebimento do Ofício nº 4791/2026, da Casa Civil, Ditelir, que foi recebido aqui em 17/06/2026.

Acusamos também o recebimento do Ofício nº 4676/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 11/06/2026.

Acusamos também o recebimento do Ofício nº 3775/2026, da Casa Civil, Ditelir, na data de 12/05/2026.

Recebemos também aqui o Ofício de nº 4492/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/06/2026.

Ofício nº 4394/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/06/2026.

Ofício nº 5366/2026, Casa Civil, Ditelir, na data de 03/07/2026.

Mais algum encaminhamento ou podemos encerrar?

Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, convoco Reunião Extraordinária para o dia 09 de julho do ano de 2026, às 08 horas.

Agradeço a contribuição de todos os servidores da Casa, a equipe do nosso gabinete, e declaro por encerrada esta reunião.

Boa tarde a todos e todas.

(Encerra-se esta Reunião às 16 horas e 09 minutos)

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer

Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles

Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM TODO O PROCESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 09.07.2026
INÍCIO: 08h42min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

RELATOR: SR. EYDER BRASIL

MEMBROS: SRA. DRA. TAÍSSA

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bom dia a todos e todas.

Sob a proteção de Deus e para a aberta 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Aos 9 dias do mês de julho de 2026, no Plenário 2 da Assembleia Legislativa, com a presença dos senhores deputados: Deputada Cláudia de Jesus, Deputado Eyder Brasil, de forma presencial, e Deputada Drª Taíssa, de forma on-line.

Sem nenhuma ausência justificada, solicito ao senhor Deputado Eyder Brasil que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. EYDER BRASIL - Presidente, peço a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Dispensada a leitura da Ata.

Fernando, você se encontra on-line?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Bom dia, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Nós vamos dar início aqui, Fernando, para que você possa compreender aqui o trabalho da CPI e os motivos que foram criados. Desde já, eu quero te agradecer pela disponibilidade, de forma remota, para contribuir com os trabalhos da CPI do leite.

Está aqui junto comigo o Deputado Eyder Brasil, a Deputada Drª Taíssa, de forma on-line, a equipe aqui da Assembleia Legislativa.

Eu vou ler aqui rapidamente para você o Requerimento no qual foi constituído esta CPI de inquérito, está bem? "REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58

da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.”.

Esse Requerimento foi aprovado por unanimidade por todos os parlamentares e ele é de autoria coletiva.

Fernando, você poderia abrir a sua câmera de vídeo?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Sim, sim, sim. As câmeras aí também não abrem. Não estou conseguindo abrir aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Agora sim, Fernando. Agora eu estou conseguindo ver você. Está tudo certo.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Só com o áudio aberto aí não dá para saber se estão falando entre vocês, se estão falando comigo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, eu vou dar continuidade aqui. Hoje estamos aqui para mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Cadeia Produtiva do Leite.

É importante ressaltar que esta CPI é fruto da reivindicação de produtores de leite de todo o Estado de Rondônia que demandaram aos deputados acerca de uma resposta para a crise enfrentada pelo setor. Hoje o Estado de Rondônia está entre os Estados do Brasil

com o menor preço pago pelo litro de leite ao produtor, trazendo um exemplo de dados oficiais atualizados da Campanha Nacional de Abastecimento - Conab. O preço médio do litro do leite no Mato Grosso, no mês de março, foi de R\$ 1,80; no Paraná, de R\$ 2,22; no Pará, de R\$ 1,82; e em Rondônia, de R\$ 1,47.

É diante deste cenário de crise acentuada que foi proposto, na Audiência Pública em 15 de dezembro de 2025, que fosse instalada esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, para investigar e apurar as possíveis irregularidades na cadeia produtiva do leite, em especial a política de formação do preço de referência pelo Conseleite (Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Rondônia); a presença de cartel entre os laticínios do Estado; a falta de políticas públicas pelo Estado de Rondônia e a sua correlação com a crise. Estão como membros desta Comissão os seguintes Deputados: Deputada Cláudia de Jesus, como Presidente; Deputado Eyder Brasil, como relator; Deputado Delegado Camargo, como vice-presidente; Deputado Pedro Fernandes e Deputada Dr^a Taíssa como membros titulares; Deputado Ismael Crispin, Deputado Jean Mendonça e Deputado Ezequiel Neiva, como membros suplentes.

A CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que se trata de uma Comissão temporária, instalado pelo Poder Legislativo Estadual para investigar fatos determinados e tem poderes próprios das autoridades judiciais. Neste caso específico, estamos aqui para investigar irregularidades na cadeia produtiva do leite e, seguidamente, apresentar soluções para a crise.

Hoje estamos aqui para a oitiva direta com órgãos governamentais, indústrias, convocada por ocasião da 9ª Reunião Extraordinária realizada por esta Comissão no dia 24 de junho de 2026.

Nós temos aqui, Fernando, alguns questionários que nós vamos fazer a você. Fique à vontade, se tiver algum que você não queira responder, a gente passa para outro. Então, fique bem tranquilo sobre os questionamentos. E desde já a gente agradece bastante a sua disponibilidade. Vou dar início. Diante da forte concentração da compra de leite por poucas indústrias em Rondônia, o Sindileite (Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Rondônia) considera que o preço é ditado pela livre concorrência?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Sim, é ditado pela livre concorrência. Eu não considero que são poucas indústrias. Na minha opinião, não são poucas indústrias, porque entre indústria, agroindústria, essas coisas, a gente podem falar aí, a gente nem tem o número exato por conta de agroindústrias e tal, mas pelo menos uns 25 a 30 laticínios, entre indústria, agroindústria.

Então, eu não considero isso concentração, não. Se a gente comparar a outros setores, por exemplo, de repente frigorífico, até cereais, arroz, essas coisas, aí sim existe uma concentração. Para o laticínio não considero isso uma concentração, não, esse volume de indústria.

Acho que é bem diluído, bem dividido entre diversas indústrias, esse volume e tudo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Como o sindicato hoje justifica que o produtor seja obrigado a entregar a sua produção diária sem um contrato de preço fixo previamente, conhecendo o valor do seu trabalho apenas na data do pagamento? Como tem sido o olhar hoje dos sindicatos sobre essa situação que ocorre?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu não entendi a pergunta, se puder repetir.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tá, eu repito novamente. Como o sindicato hoje justifica que o produtor seja obrigado a entregar a sua produção diária sem um contrato de preço fixado previamente, conhecendo o valor do seu trabalho apenas na data do pagamento? O que tem acontecido. O produtor só sabe quando, de fato, é efetivado o pagamento na sua conta. Enfim, que não tem um contrato, nada. Como que o sindicato vê isso? Como que o sindicato justifica isso?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Não, na realidade, assim, primeiro que eu acho que isso é uma questão que varia de indústria para indústria, uma forma de pagamento. Eu vou falar pela minha, no caso a gente tem algumas bonificações pré-acertadas e, em cima disso, tem a variação do Conseleite que é um preço de referência. Isso é uma dinâmica do setor, posso dizer aí que é uma dinâmica praticamente nacional.

Tem algumas bonificações, pagamento de aluguel de tanque, pagamento por volume, algumas coisas assim. E, em cima disso, alguma variação conforme a referência de mercado. E isso funciona em diversos setores e no setor de leite é uma dinâmica praticamente nacional.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso acontece praticamente em todos os Estados?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Não considero que seja assim. O valor não é fixo porque tem essa variação de mercado, mas não é um valor pago no escuro, vamos dizer assim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essa questão do contrato é algo que, praticamente em todos os Estados, então, acontece isso sem o contrato?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Pelo meu conhecimento, é uma dinâmica meio comum. Não é um contrato de valor fechado. Você tem um contrato de algumas bonificações, alguns benefícios que a empresa já deixa pré-estabelecidos, e, em cima disso tem alguma variação de mercado. É praticamente uma variação como pode se dizer aí, entre aspás, como uma commodity.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Como o sindicato explica o fato de os laticínios geograficamente distantes reduzirem o preço pago ao produtor em um mesmo período com margens parecidas?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Como laticínios distantes? Se você puder repetir, eu não...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Como o sindicato explica o fato de laticínios, geograficamente distantes, reduzirem o preço pago ao produtor no mesmo período com margens parecidas?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Reduzirem? Desculpa, eu não entendi muito a pergunta. Laticínios distantes reduzirem o preço pago?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso. Como o sindicato explica o fato de laticínios que estão distantes dos produtores reduzirem preços pagos ao produtor em mesmos períodos de demais outros laticínios?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Olha, eu não entendi muito bem a pergunta, mas eu acho que cada laticínio tem a sua dinâmica de preço; como é que eu vou falar: sabe onde o calo aperta para cada um. Qual seria a forma, a lógica em reduzir o preço. Acho que aí é uma estratégia de cada laticínio. Se eu entendi a pergunta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só um pouquinho, Fernando. A interpretação, o Jurídico aqui.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Bom dia, senhor Fernando. Eu vou repetir a pergunta e vou tentar fazer uma explicação do que ela quer dizer.

A pergunta é a seguinte: como o sindicato explica o fato de laticínios geograficamente distantes reduzirem o preço pago ao produtor no mesmo período com margens parecidas?

Laticínios que estão geograficamente distantes do Estado, no mesmo mês ou em meses ali, próximos...

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Está embolado o som.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está ouvindo, Fernando?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Está bem embolado o som. Tem alguém falando.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Está bem. Eu vou repetir então, porque eu acho que outra pessoa falou junto. Está me ouvindo bem? O senhor me ouve bem? Poderia confirmar? Senhor Fernando, o senhor me ouve bem?

Senhor Fernando, o senhor está me ouvindo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Oi, Fernando. Está ouvindo?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Estou ouvindo bem a senhora. Tem alguém falando e eu não estou conseguindo entender.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ele vai sentar aqui do meu lado para tentar te explicar melhor o entendimento do questionário aqui.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Agora o senhor me ouve?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Fernando, me ouve? Está ouvindo?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Estou ouvindo. Ouço, ouço claramente. Só não estou conseguindo ouvir a....

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - O senhor me ouve agora? Oi. O senhor está me ouvindo agora?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Estou ouvindo.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Eu vou repetir a pergunta e vou tentar explicá-la. Como o sindicato explica o fato de laticínios geograficamente distantes, dentro do Estado de Rondônia, reduzirem o preço pago ao produtor no mesmo período, com margens parecidas? Ou seja, no mesmo período, laticínios que estejam distantes, dentro do Estado de Rondônia, reduziram o preço com margens parecidas, mesmo estando geograficamente distantes.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Então, o que seria reduzir o preço com margens parecidas? Isso que eu não entendi a lógica. Desculpa, assim, eu não entendi mesmo.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - O preço pago ao produtor, ou seja, esses laticínios que estejam geograficamente distantes, pagarem um preço aproximado, com margens parecidas, ao produtor, ou seja, pelo litro do leite pago.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Bom, assim, eu acho que é aquilo que eu falei, eu acho que isso é dinâmica de cada indústria. Como que a indústria chega no cálculo do que vale a pena, ou qual é a margem que ela tem para pagar. Aí é dinâmica de cada, uma coisa bem individual, vamos dizer. Não tem uma explicação genérica, assim, generalizada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto, Fernando. Passando aqui para o outro questionamento. Quais são hoje os critérios objetivos, padronizados e

auditáveis, aplicados pelas indústrias para diferenciar os preços pagos aos produtores? No que se trata volume, qualidade, distância da propriedade, e também o tipo de inspeção, se é SIM (Serviço de Inspeção Municipal), se é SIE (Serviço de Inspeção Estadual), se é SIF (Serviço de Inspeção Federal). Conseguiu entender o questionamento? Quer que eu leia novamente?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Sim. É, eu acho que os critérios, mais uma vez, é uma questão que varia de cada indústria. Eu, falando pela minha, eu pago alguma coisa atrelada ao volume. Porque acho que o volume é importante, a questão da qualidade do leite, tudo. Pago também algumas coisas com relação a aluguel de tanque. Algumas situações a gente fornece o tanque, algumas situações, se o tanque é do produtor, eu pago como aluguel para o produtor.

Em algumas negociações, tem também o pagamento de energia, tudo. Só que é uma negociação que é, primeiro, de cada indústria; e aí, dentro de cada indústria, é uma negociação feita diretamente com cada produtor. Não é uma, como posso dizer, não é, por exemplo, alguma ajuda em ter energia ou aluguel de tanque, essas coisas. Não é algo que faz um padrão para todos, para todos os produtores, dependendo do tipo da negociação que foi feita.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. De que forma funciona o controle das rotas de coleta de leite? Porque o mercado de Rondônia apresenta uma aparente acomodação territorial, onde indústrias concorrentes, elas evitam disputar os produtores de outras rotas, gerando relatos de retaliação ou divisão de mercado.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - Não existe. Acho que tem laticínio que, pelo meu conhecimento, tem rota aí de 1 mil, 1200 quilômetros. Tem laticínio que foca em rota menor, de um raio aí de 80, 100 quilômetros. Não existe essa acomodação. E essas rotas, na verdade, o laticínio tenta fazer a rota de uma forma que viabilize para não ficar um custo tão alto, que o custo de transporte, principalmente hoje em dia, que, ainda mais agora aí com pedágio e essas coisas.

Então eu, por exemplo, eu foco em ter algumas rotas, eu não sei exatamente aqui o tamanho, mas rotas não maiores do que 300 quilômetros. Só que não existe essa acomodação. Acho que eu tenho, aí estou falando por mim, eu tenho uma quantidade "x" de leite que eu, mínima que eu preciso ter. Se eu não tiver alcançando, eu acabo indo atrás de leite para poder pegar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) - E eu acho que é o que eu falei, acho que vai da estratégia de cada um. Tem gente que acha que vale a pena fazer rota de 1 mil e poucos

quilômetros, porque fecha a conta. No meu caso, não fecha, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Os valores de referências calculados pelo Conseleite são efetivamente adotados para fins de negociação do preço a ser pago em todas as regiões do Estado. Concorda?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu não entendi o último trecho. Você falou, referência pago?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Os valores de referência calculado pelo Conseleite, são efetivamente adotados para fins de negociação do preço a ser pago em todas as regiões do Estado?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Se o Conseleite é usado como referência?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Os valores de referência calculado pelo Conseleite, são efetivamente adotados para fins de negociação do preço a ser pago em todas as regiões do Estado?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu quero dizer que sim. Eu não posso, mais uma vez, eu não posso falar pelos outros laticínios.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas vocês utilizam essa referência do Conseleite. O preço de vocês é esse?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – O Conseleite é um valor de referência que a indústria ou a agroindústria pode ou não utilizar. Acho que é uma referência que tem um estudo, tem toda uma base técnica que analisa mercado, custo. Então, eu, por exemplo, eu utilizo porque eu acho que tem fundamento as variações. Agora, se tiver laticínios que utilizam ou não, ou utilizam outra base de preço, eu também acho que não existe nada que obrigue ou que proíba.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. A metodologia do Conseleite depende exclusivamente de dados, de rendimentos industriais e preços de venda de derivados informados pelas indústrias e dos custos de produção do leite apurado pela Câmara Técnica. Como o Sindileite garante a integridade dessas informações contra o risco de subfaturamento artificial para puxar os preços de referência para baixo, considerando a ausência de auditoria independente sobre essas planilhas?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Na realidade, as indústrias enviam para o Conseleite, que analisa também. Acho que

quando existe alguma disparidade, alguma coisa que possa causar alguma dúvida, eu acho que os técnicos do Conseleite também podem, sempre ficam à vontade, entrar em contato. Agora, é informado pelas indústrias conforme a informação que eles têm, que a indústria tem e fornece.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Agora, assim, é uma questão que é mercado. A gente acha que o Conseleite, os professores, e os técnicos, conseguem identificar se o valor também está de acordo com as variações que vêm ocorrendo no mercado geral, no Brasil.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Alguns parâmetros.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Só complementando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, pode ficar à vontade.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – O custo industrial, eu acho que até por isso que tem a Câmara Técnica, porque acho que o custo industrial varia muito de indústria para indústria, e por isso que a gente faz uma média. A indústria que tem pouco volume de leite tem um custo altíssimo, quem tem mais volume, consegue diluir esse custo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Isso é bastante relativo, de cada indústria.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – É, porque dependendo do tamanho, tem indústria que tem um custo de produção por quilo, altíssimo. Tem outras que, como tem um volume alto, conseguem reduzir esse custo. Cada um informa conforme a sua realidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim. Alguns parâmetros são levados em consideração no estabelecimento do preço pago ao produtor, como volume, distância da propriedade rural até o laticínio, condições das estradas de captação de leite, fidelização do produtor, entre outros parâmetros.

Contudo, pesquisas de levantamento de preços da Emater destacam que na região de Jarú, onde os produtores estão próximos aos laticínios e há muito volume de produção, o preço médio pago ao produtor está em torno de R\$ 1,45 a R\$ 1,50. Enquanto na região de Vilhena, onde tem apenas um laticínio, com produtores distantes da indústria, o preço médio ultrapassa R\$ 1,80. Esses parâmetros são, de fato, levados em conta na negociação dos preços?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por

videoconferência) – Como foi dito, um é de uma região, outra apesar de estar dentro do mesmo Estado. Eu acho que depende da negociação com o laticínio. Não posso afirmar uma coisa que não... Eu não estou nem em Jarú, nem nessa região de Vilhena, não sei te falar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas, assim, o sindicato, ele não interfere? Pelo menos no sentido de compreender o que faz, de fato, dar essa diferença nesse preço de uma região para outra?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu acho que esses valores que você está me passando, acho que não existem, acho que estão baixos. Não sei. Como eu disse, acho que cada indústria sabe onde aperta o calo aí para negociar e ver se compensa ou não.

E aí também acho que existem também os produtores, eles também têm - como é que eu posso dizer -, eles podem também acabar indo para outro laticínio, como é o que acontece, é dinâmica, não é? Se, de repente, um outro laticínio estiver pagando melhor, eles acabam mudando para o outro laticínio também.

Acho que não existe nada que proíba também, nesse sentido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Rondônia registrou um colapso de quase 50% na sua produção diária de leite, caindo de 2,7 milhões para cerca de 1,5 milhão de litros/dia, e a saída de milhares de famílias da atividade nos últimos 5 anos.

Na visão do sindicato, esse esvaziamento é reflexo de mera ineficiência técnica do produtor ou consequência de uma política de preços industrial predatória que vem inviabilizando a sobrevivência no campo?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Primeiro: de quem é esse dado? Qual é a informação? De onde é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Esses dados são do IBGE? Dessa queda aqui?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Idaron.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É do Idaron.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Bom, eu acho que tem alguns fatores estruturais e econômicos.

Acho que, primeiro, teve muita propriedade que o pessoal optou por sair do leite para ir para o gado de corte, por exemplo, por conta de achar que seria mais viável. Tem muita informação também de áreas onde tinha produção de leite que também foi para outros tipos de produção, produção agrícola e tal.

Existe também, na minha opinião, aí é uma opinião, e também algumas informações que a gente acaba vendo, eu acho que um pouco aí também dentro do êxodo rural,

porque, os produtores e familiares dos leiteiros que acabam optando em não continuar e indo pra cidade.

E, para gente, é péssimo; para as indústrias é péssimo, porque é menos leite, e, para gente, o volume de leite é importantíssimo para viabilizar a indústria. Eu acho que não é predatório. Na verdade, assim, eu acho que, pela gente, da forma que a indústria pode, dos meios que é possível, a gente tenta que incentivar.

Quando a gente paga nessa faixa por volume, essas coisas... No caso eu, por exemplo, penso nisso para tentar incentivar para o produtor a chegar numa faixa maior e receber mais. Se eu quero pagar uma faixa maior. Mas aí é uma questão, acho que tem muitos fatores externos que acho que acabou reduzindo a produção de leite no Estado.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. O sindicato vê isso com grande preocupação? Porque é uma queda muito brusca, não é? É preocupante isso.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Sim. É péssimo.

O que eu falei para a indústria e para o sindicato: essa é uma das preocupações, assim, porque a gente precisa de leite, principalmente quando entra o período de estiagem, cai o volume de uma forma absurda.

A gente incentiva a questão de silagem para manter o volume, incentiva troca de rebanho para poder melhorar também o volume de litro médio por produtor. Mas, como eu falei, tem coisa que está em nossa alçada, tem coisa que é estrutural.

Mas é uma preocupação muito grande, porque, para a indústria, quanto mais leite entrar, melhor para poder reduzir o custo. A gente tem um custo fixo alto.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Presidente) - Verdade. É bastante preocupante, Fernando.

Nessa CPI, a gente ouviu muitos produtores e há muitos relatos de produtores que disseram que vão deixar a atividade, e isso é preocupante do ponto de vista econômico, mas social também, porque isso é um impacto. E eu vejo, assim, que o objetivo aqui da gente não é prejudicar ninguém.

Nós queremos que hoje os produtores estejam bem, que estejam recebendo um preço justo pelo leite, mas que as empresas também prosperem, porque isso dá dignidade a toda a cadeia produtiva. Mas os impactos têm sido grandiosos.

Então, acho que hoje, se não houver uma unidade entre o sindicato e entre as indústrias e o produtor para pensar sobre o que está acontecendo, eu acredito que a gente vai ter grandes retrocessos, mais do que nós já estamos vivendo.

E eu acho que esse momento desperta em todos os envolvidos nessa cadeia produtiva para a necessidade de a gente pensar que modelo de cadeia produtiva do leite nós queremos para Rondônia.

Então é bastante preocupante mesmo. E não há forma de resolver isso, hoje, só com os produtores ou só pensando nas indústrias, pensando em alguns. Não, tem

que ser no todo para que a gente possa, realmente, ter algumas alternativas.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – É, eu concordo. E, da mesma forma como caiu a produção de leite, também teve nos últimos anos, de cabeça não vou saber, mas muitas indústrias que fecharam também porque não aguentaram, custo, essas coisas. Que esse é um ponto também.

Essa questão dos valores de referência é importante, porque segue um padrão de mercado. A gente já viu muito no Estado, até no Brasil, mas aqui no Estado a gente vê mais de perto, a indústria que acabou querendo dar o passo maior que a perna ou prometer coisas que não eram viáveis e acabaram fechando, ou não pagando, ou atrasando. Então, tudo isso exige uma responsabilidade geral.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É, exatamente. Verdade.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – O nosso desejo é que aumente o volume de leite. O volume e a qualidade. Não é só o volume, é a qualidade do leite também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Exatamente. Mas acho que até essa questão da distância, essa morosidade, às vezes na própria coleta acaba perdendo um pouco essa qualidade, pelo que se percebe ali. Eu não sei qual é a dinâmica, mas precisaríamos pensar. Eu acho que hoje, se a gente conseguisse organizar as cooperativas para ter esses pontos de coleta, acho que tudo facilitaria. Mas, tem que planejar tudo isso, porque há muitas dificuldades. E imagino que para as indústrias não é fácil também. A gente sabe que para o produtor é difícil, mas também há dificuldades, porque são rotas distantes. Enfim, tem uma série de situações a serem pensadas.

Ontem a gente se reuniu aqui com a universidade que aplica a metodologia do Conseleite, eles falando da qualidade do nosso leite, que a maioria é para muçarela. E, justamente, a muçarela já é aquele leite que a qualidade não é das melhores. Então, acho que isso justamente acontece por conta dessa distância, da morosidade, das dificuldades que a indústria tem também nesse processo de coleta.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Sim, sim. São estradas, não é? Primeiro começa da estrada saindo da indústria, que hoje já tem custo de pedágio, que antes não tinha, já aumentou esse custo. As próprias Linhas de acesso. Porque a gente fala de volume de produção de cada produtor, na verdade, seria melhor os produtores com mais volume, que você consegue ter uma coleta mais centralizada. Isso melhora a qualidade do leite, com certeza acaba refletindo em benefício para a cadeia toda, de produção.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Exato. As indústrias de laticínio cumprem a contrapartida social exigida pelos incentivos fiscais recebidos, o crédito presumido, o diferimento do ICMS, ou utilizam a renúncia fiscal do Estado para sufocar produtores ou/e auferir lucros? Como que tem sido esse processo?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – O que eu falei, que eu comentei anteriormente, é que tem alguns benefícios de algumas ajudas de custo, manutenção em tanque, incentivo à silagem, algumas formas de financiamento ao produtor. Tem algumas formas que a gente acaba, pelo menos, falando por mim, a gente acaba fazendo para devolver esse valor do benefício.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Então, hoje, na visão do sindicato, as indústrias têm cumprido essa contrapartida de uma forma eficiente, tem dado resultado.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – É uma preocupação nossa até, com relação, que tem, por exemplo, o Fundo Proleite e tal, é uma preocupação de melhores esclarecimentos de como tem sido a utilização. Que é um Fundo que a gente paga, a gente paga conforme o faturamento. E tem algumas necessidades também da indústria, que a gente faz tempo também que tem requisitado: laboratório local para fazer envio de amostra de leite, essas coisas, e que a gente faz tempo que não vê andar, não vê caminhar, desenvolver.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Foi feita essa solicitação?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – A gente também tem nossas necessidades em cima desse Fundo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O sindicato fez essa solicitação ao Estado sobre a instalação desses laboratórios para as análises?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Já fez algumas vezes. Eu não vou lembrar assim, a última vez, quando e tal, mas já algumas vezes. Tem um laboratório até que parece que já tá praticamente pronto, mas falta alguma questão de homologação. Teria que ver detalhes. Uma questão de alguma homologação do Estado, porque, a gente, para mandar nossas amostras de leite — amostra mensal, que tem que mandar de todo produtor —, eu, por exemplo, mando para o interior de São Paulo. O custo disso, a qualidade do leite que chega lá, também fica comprometida pela logística.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Fernando, hoje, para atender a demanda de Rondônia, quantas estruturas precisaríamos ter? Uma atenderia a demanda?

Ou você pensa que seriam mais laboratórios? Mediante o seu conhecimento técnico, de quem está envolvido na atividade?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Então, o ideal seria que tivesse, até por conta aí da logística, tivesse umas três, mas acho que uma já seria melhor do que zero.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Com certeza. Porque hoje não tem. Havendo uma mais centralizada no Estado, já melhoraria bem pra todo mundo. Não vamos exigir demais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. É porque é importante... Essas análises feitas, são individualizadas? É de cada produtor que vocês fazem?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – É, de cada tanque, na verdade. São várias amostras, e tem que mandar mensalmente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. E esse resultado dessas amostras, é passado ao produtor? Sobre a qualidade?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Sim, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Os valores de referência estabelecidos pelo Conseleite são efetivamente praticados pelos laticínios filiados ao sindicato?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Acredito que sim. Como eu falei, acho que aí é um valor de referência. Por exemplo, eu, como eu já falei anteriormente, eu utilizo como referência porque eu acho que tem, reflete muito o mercado. Acredito que a maioria acaba utilizando porque é uma informação importante, uma informação que reflete bastante coisa, de como estão os preços Brasil afora, tudo. Então, acredito que sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Na sua opinião, tem sido respeitado esse valor referência pelos laticínios?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Sim. Embora que cada um acaba fazendo conforme a sua realidade, eu acho que sim; acho que vem sendo utilizado, sim, como referência. Porque, como eu falei, é importante.

A gente sempre lutou para manter o Conseleite, porque eu acho que acaba deixando, de alguma forma, acaba deixando o setor mais próximo, mais unido e tal; com conversas mais embasadas em dados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Os valores de referência estabelecidos pelo Conseleite têm contribuído para melhorar os preços pagos do leite aos produtores rurais?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu acho que sim. Na verdade, deixa, de certa forma, mais claro como será pago.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Dá um parâmetro, fica mais transparente, não é? Os valores de referência estabelecidos pelo Conseleite buscam atender à demanda dos atores que compõem o Conselho, ou esses valores seguem uma tendência dos valores efetivamente pagos ao longo do tempo?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Pode repetir? Deu uma embolada, eu não entendi direito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Os valores de referência estabelecidos pelo Conseleite buscam atender à demanda dos atores que compõem o Conselho? Ou esses valores seguem uma tendência dos valores efetivamente pagos ao longo do tempo? Há uma composição, do Conselho, e há geralmente um debate, sobre o que é apresentado.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Sim. Tem o debate. Tem as votações. Muitas vezes é uma votação, e às vezes tem alguns votos contrários ao valor, mas já, mas acho que atende, porque tem a composição de cada representante, e aí é votado. Já aconteceu de às vezes a indústria não... Pode ter acontecido de alguma vez um não concordar, outro concorda e tal, é normal; para isso que é aberta a discussão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E na visão técnica do sindicato, vocês acham que há falhas na metodologia do Conseleite para o cálculo do preço de referência?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Não, falhas não. O que acaba acontecendo — aí eu estou olhando pelo lado da indústria — eu acho até que tem algumas defasagens de, por exemplo, no caso da indústria, de custo de produção, mas porque também seria inviável ficar atualizando todo mês. A gente pega um ano que nem esse ano agora, que aumentou diesel, aumentou custo de embalagem, aumentou pedágio aqui na região. Você não consegue ficar atualizando isso todo mês.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A cada quanto tempo tem sido atualizado, Fernando?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu acho que anualmente. Agora eu não sei confirmar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É anualmente só? É anualmente que faz essa atualização?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – É, a gente passa os dados anuais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Você acha que não é um prazo muito longo, geralmente, assim, um ano para essas atualizações?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Não, como eu disse, eu acho que é longo porque fica defasado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Muda muito, não é? O mercado oscila muito, os custos, tanto do produtor quanto das indústrias, porque eu acho que é o que tem acontecido também com o produtor.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – É, mas é o que eu falei, eu acho também que é defasado para todo mundo. E assim, eu imagino que seja também inviável ficar todo mês atualizando isso, questão de tempo mesmo de todos os integrantes, mas acho que realmente acaba ficando defasado porque, infelizmente, a gente vive em um país em que a inflação é alta. Então, qualquer coisa que acontece, mesmo fora do país, acaba refletindo e a gente acaba ficando à mercê disso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Na opinião de vocês, vocês acham que é possível melhorar essa metodologia do Conseleite?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu não sei se pode melhorar, mas eu acho que pode discutir. Pode se discutir. Acho que tudo que for buscando uma melhora, buscando um melhor esclarecimento das coisas, eu acho que tudo, se dá para melhorar ou não, tem que ver com a questão da Câmara Técnica essa questão da viabilidade, o que precisaria ser feito e se daria para ser feito. Mas acho que sim, acho que a discussão é sempre saudável.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Que políticas públicas, mudanças no ambiente institucional e modelos de governança o sindicato considera necessário para recuperar o ambiente competitivo da cadeia leiteira no Estado de Rondônia?

Sugestões, na sua visão, o que você hoje visualiza que poderia contribuir para essa competitividade, hoje, tanto o produtor como as indústrias, para que a gente possa sanar essa crise. No olhar, hoje, seu, como empresário, como também Presidente do Sindicato, que acompanha, o que que você acha que Rondônia precisaria fazer hoje para que a gente pudesse voltar a ter aquela competitividade, também preços justos para, de fato, ser um negócio que seja bom para todos?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu imagino que hoje alguma questão de linhas de financiamento específico para a cadeia leiteira poderia ajudar de alguma forma. Hoje, sempre no Estado tem bastante financiamento ao produtor, mas o produtor em geral, acho que teria que ter umas coisas, de repente, mais focada nisso, mais focada no setor leiteiro.

Isso, desde o produtor, os casos de algumas indústrias também, acho que seria algo que acabaria, de alguma forma, incentivando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – De bate-pronto que eu pensei seria isso. Agora, a princípio seria isso, assim, porque a questão de incentivo fiscal também, se pudesse, acho que esse Fundo, de repente, ou financiamento, alguma coisa utilizando esse Fundo do Proleite, essas coisas.

Acho que teria que ter alguma forma para poder incentivar. E falta incentivo, eu acho que é um incentivo tanto na melhora do rebanho, para aumentar o volume, melhora no período de seca, volume.

É o que eu falei, acho que para a indústria, quanto mais leite é melhor para todo mundo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim. Fernando, teria alguma coisa que eu não perguntei que você gostaria de falar, de pontuar aqui para a gente da Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Não. Eu acho que ficou bem esclarecido. Espero que eu tenha esclarecido também bem a todos. Estou à disposição também, mas nada a acrescentar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Foi importante a sua participação aqui com a gente, foi valorosa.

Nós estamos aqui também com o Professor Otacílio, da Universidade Federal – UNIR, é economista, e ele tem contribuído com os trabalhos da CPI. O professor tem algum questionamento? Tranquilo. Não, o professor não tem nenhum questionamento. Os deputados que acompanham de forma on-line têm algum questionamento a fazer ao Fernando, que é Presidente do Sindileite?

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Vice.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Vice, não é? Perdão.

Bom, como não há nenhum questionamento, Fernando, eu agradeço a sua participação, a disponibilidade de contribuir aqui com os trabalhos da CPI. E a gente está à disposição. Acho que este trabalho que está sendo

feito aqui está sendo de extrema importância, primeiro porque há algumas denúncias, mas também, nesse processo de investigação sobre a denúncia que foi feita, têm chegado a nós também muitas proposições para melhoria.

Então, eu acho que, mediante a uma crise surgem muitas oportunidades e nós acreditamos que esse trabalho vai ser importante. A CPI, daqui a pouco termina, mas eu acho que tudo o que vem para agregar, para melhorar, vai ser muito útil.

Então, eu penso aqui que a gente não pode parar esse debate. Nós vamos dar os devidos encaminhamentos, mas, você também, como representa as indústrias, acho que é muito importante essa sintonia, sobretudo com os encaminhamentos que vão ser feitos aqui, que é importante tanto para o produtor como para as indústrias.

Acho que precisa haver essa unidade do diálogo para construir, para fortalecer essa cadeia que é tão importante. Agradeço a sua participação. Nós estamos aqui à disposição também, como mandato, como Assembleia Legislativa. Obrigada.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu que agradeço também. Estou à disposição para o que precisar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Está bem, Fernando. Um abraço. Até mais.

O SR. FERNANDO COLETO FERNANDES (Por videoconferência) – Um abraço. Até mais. Tchau.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Bom dia. Ouve bem? Bom dia. Laticínio Jamari, não é?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Qual o cargo do senhor no laticínio? Bom dia. O senhor poderia dizer o nome completo do senhor e o cargo no laticínio? Qual é o cargo do senhor?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Meu nome é Adilson Carlos de Souza e sou gerente do Laticínio Jamari.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Adilson Carlos de Souza?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom dia, Senhor Adilson.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Bom dia, bom dia. Tudo bom?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Tudo bem. Seja

bem-vindo aqui conosco. Obrigada pela disponibilidade em contribuir com a CPI do Leite.

Na verdade, o nosso desejo era ouvir todas as indústrias, a pequena, a média e a grande. Porém, a gente não tem condições de ouvir a todas. Então, a gente procurou fazer uma escolha pela participação de vocês, mas nada específico. A gente precisou de fazer algumas escolhas, então foi pelo porte do trabalho e tudo.

Então, fica tranquilo. A gente precisou selecionar algumas, e vocês foram selecionados, mas nada específico à empresa. É pela questão de a gente poder fazer essas oitivas com o setor das indústrias.

Eu vou ler aqui para o senhor o Requerimento que originou a constituição dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, para que o senhor possa compreender.

"REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Os Parlamentares que este subscrevem, requerem à Mesa Diretora, na forma do § 3º, artigo 36 da Constituição do Estado, combinado com os artigos 30, 31, inciso I e 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta de 05 (cinco) membros, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis nos termos regimentais, com o objetivo de investigar e apurar possíveis irregularidades praticadas por todos aqueles que fazem parte do processo de produção, comercialização, industrialização, precificação e fiscalização da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia.

Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Consete/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Consete/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Consete/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos

e transparentes;

8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;

9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025."

Esse Requerimento foi aprovado por unanimidade pelos deputados que votaram, e ele é de autoria coletiva de todos os parlamentares.

Nós estamos aqui com o Deputado Delegado Camargo; Deputada Drª Taíssa, de forma on-line; eu, Deputada Cláudia de Jesus, de forma presencial. Temos aqui o nosso jurídico, que dá suporte aos trabalhos da CPI, representado pelo Doutor Daniel e Doutor Cláudio Carvalho.

Temos também a participação aqui do Professor e economista, Otacílio, que é da Universidade Federal de Rondônia. E, também temos toda a equipe da Assembleia Legislativa aqui, que nos dá o suporte para que os trabalhos possam ser realizados.

Senhor Adilson, a gente tem alguns questionamentos que vamos estar fazendo ao senhor. Se tiver algum que o senhor, por acaso, não queira responder, nós podemos estar passando, mas pode ficar bem à vontade quanto aos questionamentos.

Eu vou dar início aqui. Diante dos indicadores de alta concentração na compra de matéria-prima do leite Rondônia, o segmento industrial pode afirmar que o preço pago ao produtor é ditado pela livre concorrência?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Se é o preço que nós pagamos ou o preço de Rondônia?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O preço que vocês pagam.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- O nosso preço é calculado em função dos nossos custos. Eu creio que cada empresa, cada indústria deve ter os seus custos. Creio que uma empresa maior é bem diferente de uma empresa média ou pequena.

Mas os nossos preços são pautados em cima daquilo que nós temos os nossos custos. Usamos a referência de preço do Consete? Sim, usamos, porque ela traz um parâmetro para nós, uma referência, dali para cima. O nosso preço é formado, partimos desta referência de mercado, de onde a gente sabe o que está acontecendo e o que aconteceu, e dali a gente sempre define os nossos preços aos produtores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - No contexto geral, hoje, do segmento, é dentro da livre concorrência? Quer dizer, é observada essa questão do mercado? Porque varia muito.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Varia muito, e a gente sempre tem um parâmetro de

referência, o Conseleite. Por quê? Ali a gente vem com as informações do que foi o mercado, o que vem, se é tendência dentro 30 dias e o que se passou. E a gente tem um mercado geral a nível de Brasil.

Então, como a gente tem vários pontos de venda, é por ali que a gente vai sabendo se o mercado está baixo ou ele vai subir ou não. Em cima disso, que a gente tem a nossa formulação dos nossos preços. Faz parte da referência do Conseleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Qual tem sido o prazo para o pagamento do leite captado por sua indústria aos produtores?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – O Laticínio Jamari, deputada, talvez hoje em um cenário, não sei, vou falar por mim, a nossa data base para o produtor é dia 20, mas nós sempre antecipamos. Então, fecha o mês, dia 20, nós pagamos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - São quantos dias?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Daria 20 dias. Então, se você fechou o mês de junho, dia 20 de julho agora eu vou pagar todo o leite de junho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Seria 30 dias, no caso?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Não, 20 dias. Porque você começa a captar o leite dia 01 de junho, dia 30 de junho fechou o mês. Até que as rotas fechem e tudo mais, nós programamos esse pagamento no dia 20. Às vezes eu começo 18, 19, 20, depende o dia que vai cair no dia 20.

Quando um produtor me entregou um leite no dia 30 de junho e eu pago no dia 20 de julho, tem leite do produtor que com 20 dias ou 17 dias, que saiu de sua propriedade ele recebe.

Então, olhando assim, transmite ao leite que entregou dia 29 de junho. Se eu pagar dia 20 de julho, leite que saiu da propriedade com 21 dias, ele está recebendo.

Então tem um fator compensação no pagamento. O Laticínio Jamari difere um pouco do mercado em relação a isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, seria em torno de 20 dias os pagamentos de vocês?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Vinte dias.

ASRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Constantemente.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. O preço

a ser pago é estabelecido na data da compra ou na data do pagamento?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Nós fechamos o mês, o preço a ser pago, quando nós terminamos de chegar todo o nosso leite na empresa. E normalmente o nosso preço é formulado ali entre o dia 7 e o dia 10, que é onde a gente vai ouvir essa reunião do Conseleite. A gente ouve as tendências o que foi, e a gente sabe o produto que nós vendemos e qual foram os preços. E aí a gente define os preços.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Os preços são baseados em acordos verbais ou existe contrato de longo prazo com cláusulas transparentes de reajuste?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Não, não temos contrato, nem cláusulas assim. Nós sentamos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É só verbalmente?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – É. Eu e o dono do laticínio e a gente define o que nós vamos pagar daquele mês baseado em cima das nossas vendas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Quais os critérios técnicos objetivos que o laticínio que você representa utiliza para compor o preço pago? No caso, volume, distância, estrada, fidelidade, ordenha, qualidade, sazonalidade. E qual o peso de cada um no valor final?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Um dos maiores critérios que nós usamos é qual foi o preço comercializado do nosso produto. É por aqui que nós partimos. Às vezes tem alguns produtores que tem algum incentivo em função de algum volume, com algum investimento em ordenha, algumas coisas desse sentido.

Então o nosso preço parte, a base, em cima dos custos daquilo que a gente comercializou o produto. Fechou o seu mês de junho, qual foi a nossa média de vendas. Igual ao que o Conseleite faz, ele tem o custo do produtor e um custo da indústria. Quando é comparado sai uma referência. E nós usamos... Qual é a nossa média de vendas? A gente tem o nosso preço baseado em volumes de leite por quilos de produto. Então, é assim que nós pautamos os nossos custos, os preços.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Então, hoje, para vocês, na verdade, compõem o preço pago, vocês utilizam esses dados; aqui a gente citou alguns: a questão do volume, distância, estrada, fidelidade, ordenha, qualidade, mas quais seriam os critérios principais, no caso?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- O principal é o valor final da venda do produto industrializado. Compramos leite in natura; se gasta, qual foi a nossa média para produzir 1 quilo de queijo; então varia de todo mês.

Então qual é o nosso custo? É aquilo que nós gastamos, quantos litros de leite, para se produzir 1 quilo de queijo. Aí em cima disso vem o quilômetro rodado para esse leite chegar na indústria e uma série de fatores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Existem outras formas de diferenciação de preços pagos pelo leite na cadeia produtiva?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- No nosso, a gente, além do preço, a gente incentiva os produtores com algumas bonificações em volume, em investimentos; por exemplo, quem faz embriões. Então, a gente diferencia e incentiva o produtor nesse sentido. Às vezes há uma diferença ali de centavos em função desse incentivo a esses produtores que vem investindo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. O laticínio que o senhor representa sempre compra o leite dos mesmos produtores? E a quantidade total produzida por esses produtores? Há uma política de fidelização por parte do laticínio?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Nós já estamos há muito tempo no mercado. Tem muitos produtores fidelizados conosco, mas sempre há variações no final de mês de muitos produtores que migram de outro laticínio para nós, ou da mesma forma que às vezes alguém sai do nosso e vai para um outro laticínio.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Nós temos, sim, os nossos clientes, que a gente já tem um relacionamento com eles há muito tempo, são clientes especiais nossos. Temos sim, mas temos clientes novos todo mês entrando, e temos clientes às vezes saindo. Produtores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Como vocês avaliam a metodologia do Conceleite? A planilha capta fielmente o custo real dos insumos regionais? E os valores de referência são praticados pela indústria ou o Conselho apresenta um desequilíbrio político com alguns segmentos, controlando as decisões econômicas para proteger suas margens?

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Deputada, hoje eu creio no Conselho do Leite, o Conceleite, uma equipe seríssima, faz um trabalho brilhante. Eu creio que não só aqui, mas em todos os Estados.

Hoje a veracidade dos produtos, os preços informados,

hoje a Sefin tem acesso a toda a nossa comercialização. Então não tem, deputada por que uma indústria omitir preços, ou fornecer dados **(ininteligível)**, para que o Conceleite não tenha uma total confiabilidade. Eu creio na confiança dos dados do Conceleite.

Com relação aos preços passados de venda para o Conceleite, eu creio que parte das notas fiscais que foram de vendas estão aí na Sefin, e o Conceleite parte dessas informações para formular o custo ou um valor referência para que todos saibam que é dali para cima.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A avaliação então é positiva.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Eu acho, muito positiva.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na percepção, do senhor, da empresa a qual o senhor representa, os valores de referência estabelecidos pelo Conceleite têm contribuído para melhorar os preços pagos do leite aos produtores rurais?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Eu vejo que os preços que o Conceleite chega a um valor de referência. Eu vou falar pela nossa indústria. A nossa indústria não paga aquele valor que está lá em referência, paga a maior que isso. Então, a gente tem alguns benefícios pago, não é engessado, entendeu?

Cada produtor, uma negociação é diferente, uma distância. Às vezes ali parte uma referência, mas o nosso custo não é aquilo que apontou ali no Conceleite. A gente tem investido. Deu para pagar mais, a gente consegue. Sabe como é a dificuldade do produtor de leite. E a gente tem que sempre mantê-lo para poder mexermos com leite.

Nosso trabalho é leite. Sempre vamos estar procurando investir para que a produtividade aumente, e não diminua.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Na sua percepção, a indústria de laticínio se sente representada em condições de igualdade técnica e política dentro do Conceleite, ou algum segmento da cadeia produtiva detém o controle majoritário das decisões econômicas do Conselho?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Eu creio que nós não somos, assim, não temos favoritismo, nenhuma indústria tem favoritismo aí dentro. Tem uma Câmara Técnica que discute ambos os lados — do produtor e de indústria —, e depois é colocado em reunião, onde é mostrado os mercados, as variações. São dados exatos e de órgão que fornece algumas informações. Não vejo favoritismo, ou indústria ou produtor. Eu vejo algo sensato. Agora, que precisa ser corrigido a cada certo tempo os valores de cada um, isso tem que ser revisto.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Se o seu laticínio

expandir a captação para a rota de um concorrente oferecendo um preço maior, haverá retaliação ou boicote sobre?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Não, de jeito nenhum. De jeito nenhum. Em relação a minha, não. Quando você vai, esses dias nós seguimos comprando leite. Então, assim, quando você vai para o mercado, deputada, igual 2025, sangrou todo mundo, a senhora está aí, nossa Deputada Dr^a Taíssa está aí, Deputado Delegado Camargo está aí dentro, conhece a senhora também, deputado, e todos que estão ouvindo, 2025 conseguiu ser pior que 2023 para a indústria e para o produtor.

"E qual foi o cenário, Senhor Adilson?" O cenário de importados. E está aí até hoje. Então, isso prejudica a indústria de montão. O Estado de Rondônia importa muito leite. Será que fica aqui dentro? As indústrias também gemem, não é só o produtor.

O ano de 2025 foi péssimo, basicamente. Como que ia se falar em incentivo de leite, se nós estávamos encarando um mercado difícil para poder vender o seu produto? Nós não estávamos competitivos.

E a gente olha agora para o mercado, quando começa a melhorar, para que você possa melhorar o produtor, alguém aprendeu fazer as coisas, importa alguma coisinha, e aí você não consegue vender o seu, ou não permite que aquilo sobra um pouco.

Então, assim, 2025 foi difícil. Como é que você vai comprar leite e pagar a mais, ou comprar de uma outra indústria um leite de alguém, se você também está vendendo no mesmo lugar, pelo mesmo preço?

Então, por isso que o cenário de 2025 foi muito forte. Mas nós, quando nós resolvemos aumentar a nosso volume de leite, a gente vai para o mercado comprar, não tem, não temos retaliação, mas você tem que pagar mais caro para comprar um leite, nesse sentido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essa crise que o senhor fala, do ano de 2025, qual é a principal causa, na sua opinião?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Está nas redes aí, todo mundo, foram as importações de produtos lácteos, foi isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas essa importação, de que forma que ela prejudicaria? Esse leite ficaria aqui dentro do Estado? Como que seria isso?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Não só leite, tem matéria-prima. Tem queijos aí em Porto Velho, em qualquer canto de outro país aí dentro. Então, nós enfrentamos isso. Em 2023, enfrentamos uma crise; em 2024, os preços se elevaram; em 2025, veio caindo de janeiro a dezembro. Quando foi janeiro de 2026, um divisor, apareceu um cenário de zero a zero; e fevereiro que começou umas reações de produto.

Então assim, hoje nós tiramos um produto, o que sobra para vender, em São Paulo, quantos quilômetros nós

temos, que a indústria leva esse produto a São Paulo, vai competir com alguém que já está lá próximo? Então, assim, e ainda enfrentamos essas dificuldades de mercado que foram os produtos que entram aqui dentro. As importações subiram muito em 2025, então foi isso que foi um caos muito grande.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A produção de vocês hoje fica mais o consumo é aqui no Estado ou vocês mandam para outro Estado?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Nós somos federal, né? Fica um pouco aqui, um pouco fora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mais aqui ou mais fora?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Mais aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Deixa eu voltar aqui aos questionamentos.

Como o senhor avalia hoje a metodologia do Conseleite? A planilha capta fielmente... desculpa, eu me entretive aqui na conversa e estou repetindo a mesma pergunta, perdão. Só um pouquinho aqui.

O laticínio ao qual o senhor representa tem percebido redução no número de produtores de leite em Rondônia, bem como, também no volume de leite produzido pelos produtores nos últimos 5 anos?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - A gente percebe, sim. Igual eu falei, nessa última crise que passamos de 2025 para cá, houve, sim, uma paralisação de alguns produtores. Pararam porque não fecham custo. E agora, quando o mercado é ativo, ele começa, os produtores iniciam novamente.

Então há uma queda, sim, em termos de volume, mas muitas vezes, o produtor que tem o seu gado, ele para, mas vende os animais para outro e o outro dá continuidade. Então, assim, houve, sim, uma redução em volume e também em número de produtores, que chega quase a um alerta de preocupação, com essa cadeia, com a bacia do leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. E na percepção do senhor, que fatores explicam essa queda no número de produtores e na produção de leite no Estado de Rondônia?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - A meu ver, é custo. É o custo, né? Insumos caros, energia cara, combustível caro, mão de obra, quase produtor rural é difícil de encontrar, se não é ele, é a família lá. É difícil. Às vezes, ele coloca funcionário no dia, não aparece. E o leite é todos os dias e comprometimento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Em qualidade, tem uma série de fatores, né?
Enfrentamos muitas crises de estradas, enfrentamos crises de tempo, nós enfrentamos crises de insumos caros. Então o produtor sofre. Sofre com essas dificuldades, sim. Principalmente tem hora com energia elétrica, uma coisa que... Então ele vai desanimando, vai tomando pancada, os preços não vão fechando, recebe, não tem aquela valorização, o mercado está ruim. Então, uns vão encerrando, vão parando nesse sentido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A produção do Estado caiu de 3 milhões para 1,6 milhão de litros de leite/dia. A indústria atribui isto à ineficiência do produtor, mas se a margem industrial fosse justa, o produtor não investiria em tecnologia?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- A queda sempre vai ter. Sempre vai ter. Quando há uma crise, igual eu volto falar, em 2025 foi uma crise não de produção, não de tema de clima de tempo, 2025 foi uma crise de custo. Você tinha produção, mas não tinha preço. E o preço está atrelado se tem produto no mercado ou se não tem produto no mercado. Estava sobrando.

Por que a deputada ia estocar, se amanhã cedo está lá à vontade? Hoje você compra por 10, amanhã você compra por 9,5. "Ah, eu não vou vender, eu vou esperar." Mas chega uma hora que você tem que pagar suas contas. Então foi isso.

E, como não havia essa melhora no preço, a indústria não tinha opção de pagar melhor, porque o mercado não tinha como vender. Era bom vender um produto a 40, que eu poderia pagar 4. Agora eu estou vendendo a 20, vou pagar 2. Um exemplo.

Então, o que aconteceu com essas reduções? De fato, foi o mercado não reagir aos preços. Por isso que houve essa redução. Isso é ruim, porque, quando você perde produção, você não cresce.

O que faz crescer um Estado ou uma propriedade, é produção. É grão. Você estando produzindo... Agora, quando você para, fica difícil, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Vocês já estão há quanto tempo no mercado? A empresa do senhor?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Nós estamos aqui há 12 anos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Em qual município?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Candeias do Jamari. Pertinho de Porto Velho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Candeias. correto.

É um baque enorme para a cadeia produtiva esta queda que está tendo gradualmente. Qual o olhar que vocês

têm hoje, como empresa, e que pretende continuar nessa atividade? Porque não depende exclusivamente só de vocês. Vocês dependem da produção de leite, do produtor, de fato, estar inserido na atividade.

Como é que vocês visualizam isso hoje? Têm pensado coletivamente, entre as demais indústrias, o que fazer para que o produtor possa, de fato, ver essa atividade como atrativa? Pensar mecanismos para conter essa crise e também, a cada dia, essa desistência, muitos produtores desistindo da atividade?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência)
- Um produtor rural, se é pequeno produtor, ele conta com a mão de obra dele, da família. E também, se está estabilizado, ele continua. Aquele que volta querendo investir e depende muito de mão de obra, ele encontra as dificuldades.

Hoje, nós olhamos com a visão de que a participação tem que ser de todos: do governo, dos deputados criando os projetos.

Hoje, nós temos que investir, e o produtor precisa investir no solo para que possa ter mais animais. E hoje ele não tem. Esses tipos de investimentos são próprios. Hoje, você vai adquirir animais de alta performance, o custo é alto. Quando olha para o valor do litro de leite, não fecham os custos.

Hoje, nós teríamos que ter, dentro do nosso Estado de Rondônia, projetos audaciosos para a cadeia do leite. Nós temos que investir, porque isso faz parte de uma receita. Nós temos pequenos produtores que nós temos que manter eles, tanto falta estrada, se tem agora no momento.

Então, uma série de fatores que a indústria enfrenta e o produtor enfrenta. Custo de produção, para se produzir um litro de leite. E quais os incentivos que hoje o produtor tem? Muitas vezes, uma linha de crédito para ele um pouco restrita.

Muitas vezes eu vejo assim, deputada, não estou aqui falando de A, nem de B ou C, mas vocês que estão aí na Assembleia vamos começar mandar emendas para algumas prefeituras, mandar carreta para buscar calcário para esse povo. Nós temos os pequenos produtores precisando. Os fretes caríssimos. Então, hoje, nós temos que olhar e temos que começar investindo na terra.

Você primeiro vir com o calcário, depois nós virmos com gesso, com fósforo, depois a gente vem para um adubo, plantar uma graminha diferente, a gente ter condições de ele ir lá investir em animais, FIV (Fertilização in Vitro) ou embriões.

Nós hoje, do Laticínio Jamari, produzimos embriões. Nós estamos investindo para que a cadeia do leite cresça. Agora, é milhões e milhões. Você não consegue.

Quando você tem uma estabilidade, vai. Quando você tem uma estabilidade, vai. Agora, hoje nós estamos fazendo embrião para que nós possamos levar esse animal ao produtor. Ele vai nos pagar com prazo. Mas tudo isso é caro. Caríssimo.

Então, precisa ter projetos grandes. Quando você pensa grande, a coisa cresce, agora quando pensa pequeno

não cresce. Eu tenho o que fazer. Amanhã eu não estou aqui, mas outro vai chegar, dar continuidade. O Estado, em si, todos que estão envolvidos nisso daí, tem que contribuir para que a bacia leiteira cresça.

Hoje o nosso produto final está sendo consumido por algum órgão do Estado. O queijo está mesa da criança. Então tem coisas que dá para ser feitas, e ajudar muito o pequeno produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, exato. E há uma organização entre vocês hoje, no sentido dessa organização, mas também de contribuir, de levar o conhecimento? Como lá atrás, houve uma organização para obter subsídios, para ter leis que possam dar condições a vocês, sobre a questão de imposto, abate e tudo mais.

Hoje, vocês têm também pensado isso como empresa, no sentido, de uma proposta até para um diálogo com o governo? Porque isso também compromete o futuro das empresas. Se não houver investimento nas políticas públicas hoje, para os produtores, compromete todo mundo.

E, claro, aqui nesse espaço, a gente está fazendo isso justamente porque a gente tem um comprometimento e a gente procura no dia a dia. Mas eu acho que nada melhor do que quem está envolvido, de fato, ali, também para pensar. Eu percebo que essa crise não pode ficar individualizada, ela precisa de ter uma unidade sobre as indústrias, mas também para pensar, se preocupar com esse público.

Hoje a gente vê a situação, quando a gente ouve o produtor, ela está difícil; quando ouve as empresas também está difícil. Mas, ainda, as empresas têm, de fato, esse subsídio que é palpável, mas e o produtor, nesse momento que dá aquela queda, como aconteceu esse ano, e não há subsídio?

E o que a gente ouviu, de muitos: "Olha, eu estou deixando a atividade". Isso é bastante preocupante, porque, como o senhor bem falou, é uma atividade que é cara, e é um investimento que ele faz em uma vaca leiteira, e a partir da hora que ele vende aquela vaca, dificilmente vai voltar para essa atividade.

Então, eu não sei se há esse pensamento, mas eu acho que essa CPI acontece aqui e daqui a pouco se encerra. Mas o que nos deixa muito claro aqui para nós, que temos comprometimento, é que é preciso de uma ação conjunta.

Não dá para a gente só dialogar com esse problema, ouvir produtores, ouvir empresas e a gente parar por aqui. Até porque, nós queremos hoje, como parlamentar que representa esse Estado, nós queremos que as empresas sejam bem-sucedidas; nós queremos que os nossos produtores, pequeno, médio, grande, sejam respeitados, mas que também tenham um preço justo sobre os seus produtos. Nós queremos que o setor caminhe bem.

Então, a gente entende que, se não houver essa unidade para planejar, para pensar o futuro da cadeia produtiva do leite, é possível que a gente tenha muitos retrocessos.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Eu concordo sim, deputada, com você. E, eu volto a falar. O produtor, quando consegue buscar um local que consiga investir, ele investe, ele já tem a propriedade nas mãos. O que precisa é se investir em tecnologia, senão nós vamos ficando um pouquinho para trás.

Para ter produtividade, tem que melhorar o princípio de todas as coisas, que é o solo. Vocês, como parlamentares, vocês têm que estar investindo na Secretaria de Agricultura de cada município. Ao invés de mandar o trator, você tem que começar a mandar carretas. Lá em Itapuã do Oeste tem três carretas, está buscando calcário, está distribuindo. É uma forma.

Olha que projeto lindo do nosso Governo do Estado de Rondônia quando fez o peixe. Começou com um tanque de peixe, o peixe pulverizou no Estado inteiro. Isso foi um projeto lindo. Agora tem que dar sequência. Cadê as indústrias? Cadê a fábrica de ração? Vocês têm que entrar nesse meio. São vocês que têm que entrar nesse meio. Geme a indústria, geme muito mais o produtor.

E nós estamos aqui para criar um balanço, nós do Laticínio Jamari, se pudéssemos comprar vaca e distribuir para todo mundo, aumentaria a minha renda, a minha receita, o volume de leite. Se eu não incentivar daqui a pouco eu só tenho o inox lá dentro e não tenho mais produção, não serve para nada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não tem a matéria-prima, não é?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Exatamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Verdade.

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Muitas vezes estamos andando longe para captar esse leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exato. Se o preço pago ao produtor desabou nos últimos anos, por que o preço dos derivados no supermercado não caiu na mesma proporção?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Porque não tem uma fiscalização, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor acha que falta essa fiscalização hoje nos mercados?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Sim. Hoje a senhora tem acesso ao Sefin, de um produto meu vendido para qualquer distribuidor em Porto Velho. Depois a senhora vai lá para a gôndola e vê por quanto ele está vendendo. Aí vocês vão ter a conclusão exata. Às vezes, a indústria vende com preço, mas o distribuidor, o atacado, ele tem seus custos e ele não repassa. Às vezes, apertada, a gente compra; mas lá não baixa.

Qual é o controle disso? Nós não sabemos. A indústria sabe que não está vendendo por aquele preço que está na prateleira final; mas, às vezes, o preço, quando cai, não tem sido repassado ao consumidor final.

Às vezes você olha lá na gôndola, está caro, mas aqui embaixo está todo mundo morrendo: indústria e produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exatamente. No caso, o senhor acha que quem, hoje, se apropria desta margem econômica?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Não sei. Menos a indústria e o produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Menos a indústria? E como tem funcionado essa pressão exercida pelas redes de supermercados sobre a indústria? É possível falar sobre isso?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Não temos pressão sobre isso, porque o que sempre está no mercado, leite é uma commodity. De manhã é um, meio dia é outro preço, à tarde outro, final da tarde outro. Muda muito. Varia muito. Tem opções. Não só das indústrias que produzem de Rondônia. Outras empresas trazem do Paraná, vem de Santa Catarina, outros Estados vendem produtos aqui. Então, assim, quando tem sobrando você tem preço de tudo quanto é jeito. Agora, quando está faltando, não. Então, o mercado sempre é assim: oferta, a procura e a demanda.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Na sua avaliação, as indústrias de laticínios cumprem a contrapartida social exigida pelos incentivos fiscais recebidos, como crédito presumido e diferimento de ICMS?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Sim. Nós somos beneficiários do leite mais saudável e outras contrapartidas. E investimos parte desses nossos recursos, desses incentivos no campo. Nós trabalhamos com qualidade, nós trabalhamos com várias formas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Mas esse investimento se dá através do Programa Leite Mais Saudável?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Que políticas públicas e mudanças no ambiente institucional e modelos de governança a empresa considera necessário para recuperar o ambiente competitivo da cadeia do leite no Estado de Rondônia, na visão de vocês? O que deveríamos fazer?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - O Governo do Estado para a política do leite?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, no contexto geral. Acho que hoje de todo o setor, porque também é um problema que não é só da gestão pública, não é? Perpassa por vários espaços. Mas num contexto geral, o que precisaríamos fazer? Os atores que podem hoje contribuir com a melhoria desse segmento?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Deputada, quando você produz leite dentro do seu Estado, mas aí você abre o seu Estado, para que entre leite de outro país, é difícil. Não é difícil? É difícil.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Nós tivemos aqui a participação da Sefin essa semana e nós questionamos a Sefin sobre essa entrada.

E o que a Sefin garantiu aqui é que essa entrada é somente contábil, ela não é física. Esse leite não entra no Estado de Rondônia. E foi uma forma também de o Estado, se Rondônia não fizesse isso, outro Estado faria, porque ele arrecada ICMS por isso.

Então, há uma garantia que esse leite, fisicamente, não entra no Estado de Rondônia. É só uma entrada contábil para questão de arrecadação, porque é viável para o Estado.

Agora, o nosso pedido foi em torno, assim, que esse ICMS que é dado entrada, que ele possa se reverter em políticas públicas, parte dele, para poder a gente dar apoio aos pequenos produtores; médio e grande produtores de leite no Estado de Rondônia.

Então, a gente também fez esse questionamento, até porque há essa fala. E a gente quer comprovadamente entender como, de fato, isso tem prejudicado o Estado de Rondônia. Qual é o percentual que está entrando em nível de Brasil, aqui do nosso país, de leite importado, para que a gente possa realmente ter a certeza se é isso mesmo que está atrapalhando?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - A gente sabe que é uma balança. Não adianta eu não falo de governo de Rondônia, mas de qualquer outro Estado. É uma balança. Rondônia, diz: "Olha, aqui não entra importados de leite." Maravilha. Mas aí entra no Mato Grosso, que manda o produto para cá. Então, se o produto não fica aqui, está prejudicando outro Estado. A senhora concorda comigo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, de certa forma, não é? Mas o que a gente precisa...

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Se Rondônia: "ah, nós só arrecadamos", mas o pepino está indo para o Paraná. Nós arrecadamos, mas o pepino está indo em Santa Catarina. O leite em pó está indo para São Paulo, para indústria lá de São Paulo. Está dando problema para os produtores de São Paulo. Eu acho que é isso. Importar pode, mas nós temos que ter um limite, não é? A deputada consome 100 toneladas? Deputada, a senhora só pode importar 30. Nós sabemos quem são as pessoas, conta no dedo. Então, tem como

agir ali para que diminuam os problemas aqui dentro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, exato.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Eu não estou falando de o Estado cortar para me arrecadar. Pelo contrário, tem que arrecadar. “É, mas não fica aqui.” Maravilha. Mas eu prejudiquei um outro produtor lá em São Paulo, lá do Mato Grosso. Lá, eles vão pegar esse produto, depois vai voltar de volta aqui para o meu Estado em forma de doce, de creme, vai tirar a fatia que era para ser produzido com o leite daqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eles têm a fala que esse não tem sido desidratado, não é?

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – É, mas acaba virando doce de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, precisa dessa fiscalização e saber o percentual, porque me parece que é um quantitativo também muito insignificativo, mas a gente precisa de realmente ter todas essas informações, que a gente consegue fazer uma leitura, mas eu entendo que nós precisamos de proteger a nossa cadeia produtiva.

E aí não é só falando de Rondônia, mas em nível de Brasil, porque essa importação vai para alguns Estados. E a maioria dos Estados também têm adotado ferramentas jurídicas, leis, para a gente não fazer essa desidratação, não permitir que esse leite entre. Como o nosso caso a gente já fez, só que não é o caso nosso, porque não tem dado entrada o leite em pó aqui. Mas acho que seria uma alternativa que a gente precisa de estar protegendo. Mas pode continuar dentro dessas sugestões que o senhor deseja colocar aqui para a gente.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Essas importações, eu sempre entendo que elas vão, não tem como o nosso Governo de Rondônia proibir, porque para-se de arrecadar, uma vez que o outro Estado possa estar fazendo isso e mandando para cá. Então, eu acho que, é geral. Até cabe ao comandante lá em cima, da sua equipe olhar bem para esse setor do leite, não só em Rondônia, mas no Brasil inteiro. Afeta. Os importados têm hora que afeta. A gente sabe que tem que colocar a comida lá com um custo mais em conta na mesa do consumidor final. Então, tem uma série de balança para se ver. Tem hora que não dá para **(ininteligível)**.

Agora, nós somos autossustentados em leite? A pergunta que eu faço: o que produzimos dá conta de atender nós aqui? Está sobrando, e onde nós vamos vender isso? E se nós somos autossustentáveis, por que você permite importar? Você tem que ter uma balança. Como é que você vai incentivar o seu, se lá já somos autossustentados, tem produto sobrando, e eu ainda abro as portas para que entre? Então, é uma coerência. Parte de vocês isso daí, para gente ver, porque o alvo

disso aqui é produção, é produtor.

O Estado de Rondônia, eu acho que quando a gente tem um ponto para se corrigir, melhora, não é? Já tem o queijo sobrando, aí manda mais queijo? Vai arrebentar com todo mundo. Hoje todo mundo está aí pagando seus custos, tem funcionário — nós, no Jamari, temos muitos funcionários.

E, e assim, tem preocupação. A gente não quer ver 3 milhões de leite e 1 milhão e 600 mil litros leites, não é? Quase 50% de queda. Se isso não preocupar a deputada, o deputado, não preocupar todo o Parlamento, toda a Assembleia, e não preocupar a indústria, a gente tem que fazer alguma coisa. Senão não vai ter sentido.

A gente, às vezes, a gente tem autoridade para fazer isso. A gente tem que ter as ideias, mas tem que ir lá, pôr para fazer. É como você falou, não ficar no esquecimento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É verdade.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - E alguém está gemendo ali. Hoje quem geme é produtor, é indústria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exatamente, verdade.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Não adianta botar o peso para o A, para o B, para o C, achar quem é o “patinho feio”, não, não. É um conjunto, a gente sabe.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Todo mundo é prejudicado, não é?

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Exato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Nós temos aqui, senhor Adilson, com a gente, alguns deputados que estão de forma on-line. Presencial estou eu, aqui. E nós temos aqui o Professor Otacílio, conosco, que é da Universidade Federal – UNIR, é economista, e ele também tem dado um suporte para a gente, nos ajudado nesses trabalhos aqui, na condução dos trabalhos da CPI do leite.

O senhor deseja fazer algum questionamento, professor?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Somente uma dúvida, que ele já tirou bastante esclarecimento aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está ouvindo ele, senhor Adilson?

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) - Estou.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Está.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Então, senhor Adilson, obrigado por estar participando, contribuindo com a CPI. A gente pegou os registros da Idaron, vocês estavam como SIE, vocês se transferiram para... migraram para o SIF agora, recentemente?

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência - Nós éramos SIE, nós éramos estadual, e a gente veio há anos lutando pelo federal.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Sim.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência - E até que o Estado foi detentor do SISB (Sistema Brasileiro de Inspeção).

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Ah, sim.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência - E nós fomos agraciados agora com o federal.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Agora, recente, né?

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência - É, eu acho que foi de dezembro para cá.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Ah, perfeito, perfeito. Não, tranquilo.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência - Novembro.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Perfeito. Não, só essa dúvida mesmo. Somente isso, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Dos deputados on-line, tem alguém que deseja fazer algum questionamento ao senhor Adilson? Senhor Adilson, ninguém se posicionou. O senhor deseja falar algo que eu não perguntei, que o senhor ache pertinente registrar aqui nessa oitiva da CPI do leite?

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência - Eu só quero agradecer. A gente sabe do que se trata isso, não é? E eu acho, assim, que cada indústria quer estar ganhando para poder continuar investindo, crescendo. E ninguém mata a galinha, senão não vai produzir ovos, não é? Então, a gente fica, assim, sabendo que é um conjunto, de governo e da indústria, do produtor, para que a gente possa continuar produzindo. Eu tenho certeza que durante essas reuniões de vocês, vai contribuir bastante para que o produtor possa voltar a investir, para que nós possamos olhar para Rondônia como produtor que produz leite, e que a gente consiga manter, porque - voltando a falar -, nós gememos aqui. Hoje, se nós somos federal, mas para chegar aí, nós quase quebramos. E ninguém apareceu para conversar com nós, quando nós estávamos quebrando.

E hoje vamos apertar a indústria, achando que nós estamos... estamos, não. Antes desse selo chegar em nossa mão aqui, nós estávamos gemendo, em Rondônia. Eu falo de Jamari, do Laticínio Jamari.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência - Ninguém bateu na nossa porta: "O que você precisa para manter seus funcionários aí?" Agora, você é o "patinho do feio", está fazendo preço combinado, fazendo cartel? Não. A gente tem que avaliar bastante. Nós fomos indústria, os preços vieram aos níveis que fez, mas não foi indústria que provocou tudo isso. Não tem para onde vender.

A deputada está vendendo o teu feijão lá no seu mercado, a R\$ 500,00. Aparece uma pessoa do teu lado e bota um feijão a R\$ 300,00. Quando é que a senhora vai vender o seu a R\$ 500,00? Só depois que o outro vender tudo por R\$ 300,00. Mas tem uma hora que a senhora tem que comer, beber, pagar contas, buscar o leite, pagar o... você tem que se sujeitar. É isso que os importados fazem com nós, aqui dentro. Faz gemer. Então, tem que talvez... Não é começar aqui do pequenininho, tem que começar lá do grandão, lá de cima para baixo.

Quero agradecer a atenção de vocês. Espero ter respondido o objetivo de vocês. Da nossa parte, muito obrigado. Estamos à disposição para quando for necessário, está bom?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bom, senhor Adilson.

O SR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência - E passe por aqui para tomar um café e comer um queijo com nós, aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bom, senhor Adilson, obrigado pela disposição de contribuir aqui com a CPI.

A fala do senhor é muito importante, principalmente agora, as suas considerações finais. Ela demonstra também a angústia de vocês, e a CPI é justamente para isso, para que a gente possa identificar.

Acho que quem grita aqui para a gente é que a gente vai acolhendo essas dores. E, nesse processo de oitiva, é importante ouvir vocês e também saber dessa angústia, porque é só assim que a gente pode ir buscando meios também para ajudá-los.

Então, esse registro fica aqui dentro do processo que tem se construído, tanto aqui em vídeo como por escrito. E tudo o que a gente tem ouvido aqui, que é proposta, que são lamentações, reclamações, a gente vai dar os devidos encaminhamentos para que realmente a gente possa contribuir.

Eu acho que não dá para fazer todo esse trabalho e depois ele simplesmente ser arquivado. É um material que dará condições a todos de trabalhar políticas públicas

voltadas ao produtor, mas também ajudar as empresas. Eu acho que hoje, em nível de Brasil e em nível de Rondônia, o que mais precisa dos nossos Governos, em nível de Estado, em nível federal, é essa proteção da cadeia produtiva. Nós precisamos protegê-la, cuidar dela, porque a gente sabe que nós temos uma zona de livre comércio.

Nós estamos no Mercosul e, da mesma forma que nós queremos vender para os países do Mercosul, eles também querem vender para nós. Mas é preciso essa fiscalização para que a gente possa proteger a nossa cadeia produtiva.

Então, achei bastante valorosa a fala do senhor nesse sentido disso. A angústia da indústria também precisa ser passada para que a gente possa contribuir dentro desse debate, porque nós não queremos só que os nossos produtores estejam bem. A nossa luta é por isso, mas nós queremos também que as indústrias estejam bem, porque um depende do outro.

Então, para que o Estado se desenvolva é preciso que haja esse alinhamento e todos cresçam nesse processo. Mas muito obrigado pela participação.

E nós estamos aqui também à disposição como mandato, como Assembleia Legislativa. Está bem?

OSR. ADILSON CARLOS DE SOUZA (Por videoconferência) – Eu que agradeço. Bom dia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada. Bom dia. Tchau, tchau. Um abraço. Bom dia. Giovane, está na sala? Giovane, está nos ouvindo?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Bom dia. Só um segundo. Um momento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bom dia. Jaime também está na sala.

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Bom dia a todos. Estou sim, deputada. Estou presente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Jaime, deixa eu te falar, nós vamos agora ouvir o Giovane; posterior a ele, depois a gente já ouve você, então?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Ah, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Está bom? É que a gente atrasou a outra oitiva.

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Sem problema.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Aí depois que a gente ouvir ele, vem você, está bom?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Ok.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Deputada, deixa eu falar, se quiser começar aí, que eu estou acabando de chegar no escritório, porque como era para as 10 horas, eu estou em viagem, estou chegando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A gente pode colocar você para depois então?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Por favor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, está. Jaime, então sendo assim, a gente já faz a oitiva contigo e o Giovane fica para o próximo horário.

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Ok, obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eu que agradeço. Jaime, só se identifica para nós, por gentileza?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Eu me chamo Jaime Sabino de Souza Filho, sou Gerente de Suprimento do Leite da empresa Italc.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Jaime, obrigada pela disposição em participar dessa oitiva e contribuir com os trabalhos da CPI do Leite. Eu sou a Cláudia de Jesus, estou no mandato como deputada estadual. Nós temos aqui, de forma on-line, o Deputado Delegado Camargo, a Deputada Dr^a Taíssa; temos aqui também o Professor Otacílio, da Universidade Federal, economista, que está dando suporte aqui nos trabalhos da CPI; o jurídico, representado aqui pelo Doutor Daniel, Doutor Cláudio Carvalho, que também dá suporte à CPI; e a equipe aqui da Assembleia Legislativa, que dá suporte aos nossos trabalhos.

Eu vou ler aqui rapidamente o Requerimento no qual foi constituída essa CPI, para que você possa compreender. "REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;

2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.”. Esse Requerimento é de autoria coletiva e foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa.

Jaime, essa Comissão Parlamentar de Inquérito é fruto de uma Audiência Pública que tivemos em Ariquemes, no ano de 2025, em dezembro, a pedido dos produtores de leite do Estado de Rondônia, no qual elencou os fatos que nós colocamos aqui. E, mediante isso, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem ouvido todos os atores da cadeia produtiva do leite: produtores, indústria, governo, instituições que dão suporte hoje ao setor produtivo.

E aí nós vamos aqui fazer alguns questionamentos a você, fique bem à vontade sobre as respostas. Se tiver algo que não compreendeu ou algo que não queira responder, é só nos falar, está bem? Eu vou iniciar já os nossos questionamentos.

Jaime, diante dos indicadores de alta concentração na compra de matéria-prima, leite, em Rondônia, o segmento industrial pode afirmar que o preço pago ao produtor é ditado pela livre concorrência?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Primeiramente, eu quero agradecer à deputada pela participação. E os demais deputados que estão participando também dessa oitiva, o jurídico e todos da Casa. Quero que sintam o agradecimento. Em relação a esse tipo de situação, deputada, eu acredito que há confiabilidade, sim, entendeu? São coisas, pela sua pergunta, eu vejo que há coerência daquilo que realmente é.

Então, assim, o que eu vejo, lembrando da pergunta que você falou, eu considero ela confiável, sim, pelas informações.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Mas, assim, hoje o segmento industrial pode afirmar que o

preço pago ao produtor é ditado pela livre concorrência, no caso?

O SR. JAIME SABINO (Por videoconferência) - É livre concorrência, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Qual o prazo para pagamento do leite captado por sua indústria, aos produtores?

O SR. JAIME SABINO (Por videoconferência) - 25 dias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - 25 dias?

O SR. JAIME SABINO (Por videoconferência) – Por que isso? Hoje, nós compramos o leite, ele é coletado a cada 48 horas na propriedade do produtor. Porém, se a gente coletar o leite no último dia do mês, esse leite vai ser pago para esse produtor no próximo dia 25. Então, vai dar um intervalo de 25 dias de pagamento da última coleta para o pagamento dele. Correto? Então, é um prazo médio nosso, sempre se fala em 25 dias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. O preço a ser pago é estabelecido na data da compra ou na data do pagamento?

O SR. JAIME SABINO (Por videoconferência) – Nesse caso, o preço é formalizado conforme aqui é definido por um padrão. Da seguinte forma, vamos falar: hoje, nós participamos de um Conselho em relação ao valor a ser praticado para o mês seguinte, que é o Conseleite. Então, eu chego no produtor, eu digo para ele: “Eu pago o preço que estiver decorrendo naquele momento.” Eu não firmo um compromisso com ele: “Ah, eu vou te pagar o valor “x”, e chegar o dia, eu vou pagar “y.”” Não. E isso a gente deixa claro na negociação com o produtor, onde o preço é definido com ele, após a gente passar todas as informações de preço de venda da indústria para o Conselho, para ele definir um parâmetro para a gente. Imagina, saber o preço a ser praticado para esse produtor de uma forma pelo meu preço de venda pelo meu preço de compra. Então, eu não defino, ele na hora. Eu não sei o preço que eu vou vender com o produto dele, eu compro o produto in natura, vou industrializar, então quer dizer, eu não sei o preço que eu vou vender meu produto acabado, entendeu?

Então, eu tenho que definir isso conforme o passar do tempo. Eu não consigo definir isso no momento da compra.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Os preços são baseados em acordo verbal ou existem contratos de longo prazo com cláusulas transparentes de reajuste?

O SR. JAIME SABINO (Por videoconferência) – Não existe contrato, não existe cláusulas, então isso daí não é praticado dessa forma.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É verbal somente?

O SR. JAIME SABINO (Por videoconferência) – É verbal, sim, verbal.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Quais os critérios técnicos objetivos que o laticínio que você representa utiliza para compor o preço pago ao litro de leite? É o volume, distância, estrada, fidelidade, qualidade?

O SR. JAIME SABINO (Por videoconferência) – O preço inicial é definido conforme o mercado. Isso é o primeiro ponto. Porém, a gente utiliza um formato que seria um preço base, que é descrito e desenhado pelo Conceleite. Após esse preço, nós temos as bonificações. Ele se enquadra em bonificações, em algumas bonificações extras, bonificações de ajuda de custos, bonificações de ordenha, bonificações de distância, como você falou, bonificação de volume, de incentivo, entre outras bonificações, para você definir o preço final do produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Correto. Existem outras formas de diferenciação de preços pagos pelo leite na cadeia produtiva?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Não, no Estado de Rondônia, não. Hoje é definido dessa forma que eu falei. Ele é definido de um valor base e com as bonificações seguintes, a gente define o preço final do produtor. Certo? Então, as bonificações que vão definir o final do preço dele, não é? A bonificação de volume, como eu disse, de incentivo entre outras bonificações. Então, não tem, além dessas daí, não tem outro formato de pagar o produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Como você avalia a metodologia do Conceleite?

A planilha capta fielmente o custo real dos insumos regionais e os valores de referência que são praticados pelas indústrias, ou o Conceleite apresenta um desequilíbrio político em alguns segmentos, controlando as decisões econômicas para proteger suas margens? Como que vocês avaliam?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Eu avalio o Conceleite pelas informações que é transmitida para eles, sem nenhuma interferência política. Pelo contrário, ele rege essa situação de extrema confiabilidade, onde a gente informa esses números para eles, e eles definem, pelo estudo, pela metodologia de confiança mesmo, fazendo com que ele dê um parecer de número. Esse número tem confiabilidade, sim, sem beneficiar lado algum, nem o produtor nem a classe da indústria. Ele realmente faz o papel que seria a parte de confiabilidade mesmo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A planilha capta fielmente os custos reais dos insumos regionais e os valores referentes que são praticados pela indústria?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Sim. Hoje, imagina se eu informo o custo que difere aquilo que é o preço de venda. Hoje a Sefin tem todo o total disponível a ela. Então, assim, a gente jamais poderia fazer isso.

Nós estamos falando isso no âmbito de uma empresa séria, que trabalha dentro de uma realidade de confiança daquilo que informa, de um trabalho bem sério que a gente vem fazendo também, entendeu? Junto com o Conceleite.

Então, a gente não trabalha de forma diferente em relação a isso. É em nível de Estado, isso daí.

Então, a gente imagina... imagina, não. A gente tem a certeza que isso tem uma confiança muito grande em relação às informações repassadas para o Conceleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na sua percepção, os valores de referência estabelecidos pelo Conceleite têm contribuído para melhorar os preços pagos do leite aos produtores?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Eu defino sim, porque, a partir do momento que tem um Conselho, mesmo sendo um conselho paritário, ele dá um norte em relação a isso, tanto para indústria quanto para produtor.

Então, isso define, e ele tem uma avaliação bem pesada em relação a isso. Eu acredito que o Conceleite traz tanto a segurança ao preço pago ao produtor quanto a segurança ao preço acertado ao produtor pela indústria. Isso ajuda, sim. Ajuda, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A metodologia do Conceleite depende dos dados, rendimentos industriais e preço de venda do leite e derivados fornecidos pelas indústrias.

O laticínio o qual você representa garante que as planilhas enviadas não são artificialmente subfaturadas ou subestimadas para forçar o preço de referência do leite cru para baixo?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Eu tenho certeza que ele tem a confiança naquilo que a gente está passando, porque isso não pegaria em âmbito coisas legais, a gente informar um número a menor para que a gente fosse beneficiado.

Então, isso daí, a gente tem muito cuidado com isso e respeito pela classe produtora. Isso daí, a gente vê no âmbito de coisas corretas mesmo, porque a gente não faz isso, pelo contrário.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Há alguma auditoria, fiscalização externa, independente,

sobre esses dados que são apresentados ao Conseleite, por parte da indústria a qual o senhor representa?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Eu acredito, acredito não, tenho certeza que hoje a Sefin pode cruzar essas informações. Que seria o preço de venda. O Conseleite tem as informações, a gente passa essas informações com o Conseleite e ele abrange outros Estados. Eu já ouvi vários, reuniões de nível até em relação ao Conseleite, onde ele fala que representa outros Estados.

A partir do momento que ele vê algumas informações que diferem ou distancia muito de outros Estados, automaticamente eu acredito que ele retira aquela informação. Ela não é contabilizada em relação a isso.

Eu vejo que esse cruzamento de informações e a confiabilidade, eu vejo que ela existe. Como eu falei, a Sefin tem a total liberdade de saber dessas informações em relação àquilo que a gente passa. Então é fiscalizado, sim. A gente tem o maior cuidado com isso, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Na sua percepção, a indústria de laticínios se sente representada em condição de igualdade técnica e política dentro do Conseleite?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Sim. Ali no Conselho a gente vê as agroindústrias, as empresas de médio e grande porte sendo tratadas de forma igual.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Igualitária.

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Bem paritária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Se o seu laticínio, o qual o senhor representa, expandir a captação para rota de um concorrente, oferecendo um preço maior, haverá retaliação?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Não. Como eu disse, e a gente sempre fala, isso é a lei da oferta e procura. A partir do momento que eu vou atrás e vou comprar, pode causar, sim, um âmbito de desconforto, não no sentido de retaliação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo.

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Mas se eu preciso da matéria-prima, eu tenho que ir atrás e comprar, entendeu? Não tem o porquê de algum tipo de retaliação. Até o presente momento a gente nunca teve esse tipo de situação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O laticínio que você representa tem percebido redução do número de produtores de leite em Rondônia, bem como no volume

de leite produzido pelos produtores nos últimos 5 anos?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Sim, com certeza. A gente vê que o número de produtores vem decaindo ano após ano. E com isso os volumes também vêm decrescendo. Isso é coisa visível. Mesmo que a gente fale em alguns anos: em 2024 houve um crescimento pequenininho, mas houve. Mas se a gente falar em âmbito de um período de 5 anos, como a senhora citou, vem caindo gradativamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. O senhor acha que quais fatores têm levado a essa situação? O que pode explicar essa queda, essa desistência da atividade?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - O que eu vejo, o principal motivo da queda no leite em Rondônia é falta de assistência técnica ao produtor, seja pública ou privada. O que eu vejo é a falta de comprometimento de algumas empresas com pontualidade de pagamento. Isso também afeta. Produtor de leite não aceita a tecnologia, que é um pouco diferente do produtor que trabalha com agricultura, que ele aceita a inovação. O produtor de leite tem uma resistência, então isso também acarreta. Falta de acesso a crédito, devido a propriedades desses produtores não ter a parte documental, que é a regularização fundiária. Eu acredito que dificulta esse produtor também pelo fato dele não ter acessibilidade a crédito com as entidades financeiras.

Eu vejo também, nos últimos anos, em 2024, nós também tivemos um problema climático, uma seca severa. Existem produtores que saíram da atividade naquele momento pelo fato dos animais dele morrerem, as matrizes dele morrerem. Eu conheço produtor que, naquele período, teve perda de 35 animais, outros 15, e assim, depende do tamanho e da quantidade de animais que o produtor tinha.

Outra coisa que eu vejo, deputada. Quando a gente tinha um entrave em relação à entrada de animais de outros Estados pelo fato de a gente participar de um Estado livre da febre aftosa, seria isso. Os animais que seriam de outros Estados não entravam dentro do nosso Estado por isso, a gente ser livre de febre aftosa. Isso dificultou muito a entrada de animais. Eu acredito que isso também foi um ponto pertinente para que a redução do leite em Rondônia. Eu acredito que basicamente seria isso. Entre outros, tem outros fatores também. Mais basicamente podemos falar nisso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

A produção do Estado caiu de 3 milhões para 1,5 milhão de litros diários. A indústria atribui isso à ineficiência do produtor? Mas se a margem industrial fosse justa, o produtor não investiria em tecnologia? O que você visualiza sobre isso?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – O que eu vejo é assim, o produtor trata a atividade leiteira de uma forma muito amadora, extrativista e com pouco conhecimento.

E, o que eu vejo, deputada, o produtor de leite é um produtor que está velho. Então, assim, ele não tem a sucessão. Ele não tendo essa sucessão se torna a atividade cada dia mais desafiadora, pelo fato de o filho dele, hoje, sair da propriedade dele, que ele poderia ficar ali.

O êxito rural é muito grande. Então o que ele vai fazer hoje? Eu vou falar por nós. Ele vem trabalhar na Italc, um exemplo. Ele vai trabalhar no frigorífico, entre outros. Então faz com que o êxodo rural, ele saindo da propriedade, deixa muito vulnerável a atividade.

Então eu vejo esse lado, entendeu? O produtor amador e muito extrativista. Então, se eu falar aqui o preço hoje para ele, se ele é amador e extrativista, então o preço não é o gargalo do problema que tem com a propriedade hoje, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Se o preço pago ao produtor desabou nos últimos anos, por que os preços dos derivados no supermercado não caíram na mesma proporção?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Assim, a gente entra em um mérito e ao mesmo tempo não. Eu acredito que a rede varejista se pronunciou. Porém, o que eu imagino é o seguinte: quando eu vendo um produto por valor “x”, a rede mercadista, varejista, ela vai colocar a margem dela fazendo com que esse produto na gôndola tenha um preço bem acima daquilo que seria o necessário.

Então, eu não posso afirmar qual é a margem que eles colocam. É isso que todos reclamam. É isso que a gente tem visto nas reclamações. “Ah, mas esse preço lá é “x”, é isso que vocês vendem?” Não, não é a nossa realidade de venda.

Agora, a margem que os mercadistas colocam a gente não discute, mas eu acredito que isso tem uma dificuldade de entendimento por parte de nós consumidores também, em especial o produtor. Porque o produtor não tem o entendimento de pensar: “Ah não, será que esse preço que está aqui no mercado é o preço que a empresa vendeu para ele?” Entendeu? Não é. Então isso depende muito do formato de interpretação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Quem o senhor acha que hoje se apropria dessa margem econômica de lucro?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – É difícil falar. Porque, assim, o nosso segmento que seria, compra da matéria-prima industrial, industrializado. Então a partir daí eu falo assim, a venda lá eu não sei definir para a senhora, quem seria, quem vai se apropriar desse número, entendeu?

Agora a gente fica com interrogação, até eu fico

pensativo: “quem se apropria desse valor?”

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Desse lucro. Correto.

Existe alguma pressão hoje exercida pelas redes de supermercado em cima das indústrias de leite, no caso a indústria que o senhor representa?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Quando se trata de poder de comercialização, é aquela história: se eu tenho para vender um produto que é perecível, tem data de validade e ele está precisando, ele com certeza, vai... Vou usar uma expressão, ele vai por uma corda no meu pescoço, vai falar: “Ó, eu compro, mas o preço é “x””.

Então, é a lei da oferta e procura. Se eu tenho esse produto para vender, tem um prazo de validade estipulado já, com certeza, ele ganha na compra. Isso é fato. É fato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Na sua avaliação, as indústrias de laticínio cumprem, no caso a que o senhor representa, cumpre a contrapartida social exigida pelo incentivo fiscal recebido do Estado através do crédito presumido e o deferimento do ICMS?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Sim, nós temos projetos em relação ao leite mais saudável. A gente leva isso à risca.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Como funciona o leite mais saudável? Qual tem sido essa contrapartida?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Essa contrapartida, a gente leva ao produtor com assistência técnica. Ela vai ser voltada para melhoramento genético, ela vai ser voltada para qualidade. E se der, um dos fatos que a gente aborda muito, cobra muito. Então, a gente praticamente, esse recurso que é voltado, a gente leva para essa situação, que seria a qualidade do leite para o produtor ver uma matéria-prima que eu consiga fazer algum tipo de produto.

Eu sempre falo, eu compro um leite, se ele estiver ruim na propriedade do produtor, a contagem bacteriana, por exemplo, chega aqui na indústria, eu não consigo lavar esse leite para tirar esse excesso. Então a gente tem que fazer o papel de casa lá, não é? Então, eu acredito que nessa parte a gente faz esse papel nesse sentido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso tem algum custo para o produtor?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Não, não tem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso entra dentro da contrapartida pelos benefícios, não é?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Exatamente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Que políticas públicas e mudanças no ambiente institucional, leis, normas e modelos de governança a empresa considera necessário para recuperar o ambiente competitivo da cadeia do leite no Estado de Rondônia?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Então, assim, a questão da política pública que a gente vê, a gente tem sim alguns detalhes que a gente pode pegar e mostrar para o Poder Público direcionar o Fundo Proleite, por exemplo, para custear assistência técnica ao produtor, solicitar o apoio do governo com emendas de crédito, redução de impostos em barreiras "antidano", isso ajudaria, com certeza.

Outra coisa que a gente pede ao Poder Público: regularização fundiária para os produtores. E isso vai facilitar com que esses produtores tenham acesso, como eu falei, a crédito, porque a maior parte das propriedades desses produtores, eles não têm documento definitivo. Então, automaticamente chega nas entidades financeiras e travam.

O que eu vejo também, que a parte governamental podia entrar, no crédito direcionado, criar linhas de financiamento específico, com taxas atrativas, condições facilitadas destinado ao pequeno produtor, por meio de banco estadual, sei lá, o Banco do Povo, por exemplo. Acho que poderia partir de alguma coisa nesse sentido. Também estruturar subsídio em relação a equipamento, facilitar o acesso a ICMS na compra de maquinário, para quem for voltado para a fabricação de rações, coisa voltada mesmo para a atividade leiteira. Isso também seria de valia, a gente levar isso em consideração.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Jaime, e qual tem sido as maiores dificuldades que a indústria, no caso a que você representa, tem enfrentado dentro desta atividade, no dia a dia. O que vocês visualizam como sendo o maior desafio para vocês nesse momento?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Hoje, o maior desafio é o desestímulo do produtor. Ele é um produtor que não tem assim um estilo, a gente vê ele sempre cabisbaixo. Então isso para nós é preocupante e desafiador, porque hoje, deputada, é unânime, ninguém fala bem da atividade leiteira, sabe? Então, o que a gente vê é que se a gente prega que a atividade leiteira é ruim, qual que é a perspectiva que esse produtor vai ter o ânimo de melhorar a atividade? Eu acho que isso faz com que cada dia ele se motiva mais pelo setor. Então, eu vejo que isso daí é um dos gargalos, que eu vejo, um desafio dentro do nosso setor, que a desmotivação dele é tamanha. Eu vejo isso ser um pouco sentido nessa forma.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. E como empresa também, como vocês têm um sindicato que

representa, vocês têm feito debate em torno disso? Porque isso é um risco também a vocês, se hoje não houver um ânimo, se não houver também medidas, se não houver uma construção coletiva em torno da realidade de Rondônia, a gente tem um futuro muito comprometedor para as empresas também, porque não vai ter produto, não vai ter matéria-prima. E dentro desse processo todo mundo precisa ganhar. De fato, o produtor também tem sofrido muito, e tem uma realidade no nosso Estado.

Como é que vocês têm pensado nisso? Porque eu entendo que não dá para trabalhar individualmente, não dá para, por mais que sejam empresas diferentes, mas é preciso de ter uma unidade em torno dessa cadeia produtiva do Estado de Rondônia. Vocês têm pensado algo em função disso?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) - Temos, sim, deputada. Em relação a isso daí, hoje, não sei se é do seu conhecimento até, convido depois você a fazer uma visita aqui para nós para a gente apresentar para você. Hoje a gente tem um projeto que dá-se o nome de Projeto de Originação, onde a empresa Italac vem trabalhando no âmbito de 300 produtores.

Nós iniciamos agora, justamente no início das quedas de preço de leite. É um projeto bem audacioso, onde a empresa vem subsidiando 100% desse produtor, com assistência técnica, aquisição de animais, entendeu? Isso que a gente está fazendo para um grupo de produtores, aproximadamente 300 produtores hoje, para gente assistir eles.

É um projeto bem audacioso, onde a empresa resolveu, justamente, para não esperar acabar, para gente agir com alguma coisa, entendeu? Então assim, a empresa está preocupada nesse sentido.

Então, vendo cada dia isso, o produtor mais motivado, o que nós estamos pensando e pensamos juntos? Vamos levar assistência técnica para esse produtor, vamos ensinar ele a pescar, não é dar o peixe, nós estamos ensinando ele a pescar.

Então, nós estamos amparando esses 300 produtores, aproximadamente. Isso daí vai ter em torno de 6.000 animais que devem vir de outros Estados para gente servir esses produtores. E justamente, nós estamos pensando no pequeno produtor, porque cada produtor é uma média de 15 a 20 animais, numa média, por produtor.

Então, a empresa está bancando isso 100%, entendeu? Se a gente não fomentar dessa forma, seja... Têm muitos municípios que fazem alguma coisa assim também, dentro do Estado, e a empresa resolveu fazer isso da parte privada mesmo, sem custo para o produtor.

A gente sempre brinca com eles: "O custo que eu quero seu é o seguinte: é a sua dedicação, é o seu suor, mais nada." Entendeu? O resto vai ficar tudo pra ele. Então nós queremos só que ele produza de uma forma eficiente, nós queremos que ele produza um leite de um formato mais profissional. Isso a gente está fazendo já.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

Bom, parabéns, é interessante. Mas em se tratando, assim, porque a gente sabe que é uma medida importante, mas é uma medida, assim, que hoje, é, não se resolve a problemática.

Hoje, assim, quanto também, categorias, as indústrias hoje têm também tentado manter esse diálogo a nível também de Estado para apertar também, para que as políticas públicas, porque acho que hoje, se não houver uma política de Estado, de fato, para essa cadeia produtiva, a gente sabe que fica bastante inviável, não é? Por mais que haja essa disponibilidade da empresa em ajudar, mas hoje vocês não dão conta de atender toda essa necessidade. Então teria que ser uma política de Estado, de fato.

Como é que tem sido, como é que tem acontecido isso? Porque eu sei que lá atrás os laticínios se uniram em prol de ter legislações para subsídio, para essa questão dos impostos e tudo mais, que hoje, o governo tem concedido a vocês, não é? E foi importante, vocês tiveram um ganho que hoje dá essa condição, dá esse equilíbrio.

E será que não seria o momento também dessa unidade para essa conquista para os produtores? Porque não tem como a indústria funcionar se não houver matéria-prima. E nós temos um Estado onde nós temos um quantitativo de produtores, 57% são pequenos produtores no nosso Estado.

Então, hoje, vocês pensam em alguma ação nesse sentido? Porque o Parlamento aqui, a gente, isso já é fruto do comprometimento que a gente tem, mas é, uma ação que precisa de muitas mãos. E nós estamos fazendo um trabalho aqui, que a CPI daqui a pouco se encerra. Porém, nós ouvimos aqui, Jaime, produtores, governo, entidades que hoje defendem os produtores, o sindicato que defende a indústria, o sindicato também dos mercados.

A gente também recebeu aqui muitas demandas, também, no sentido, assim, de melhorias. Recebemos muita reclamação? Muita. Muitos produtores desmotivados, muitos dizem que estão saindo da atividade, mas o nosso papel é daqui a pouco encerrar, mas fazer os encaminhamentos.

Eu acho que é um momento de crise, mas um momento também de oportunidades, porém, eu vejo que não é só para os produtores. Não é só o produtor que tem que gritar por socorro. Eu acho que hoje, se o produtor está bem, a indústria vai bem, porque vai ter a matéria-prima. Precisa ter esse equilíbrio, precisa haver o respeito porque todo mundo quer sobreviver.

Mas eu tenho visualizado que é preciso dessa ação e forçar mesmo, para que a gente possa ter uma política de Estado para dar essa garantia de sobrevivência ao produtor.

Ontem estive aqui conosco, o Ministério da Agricultura, e a fala do representante foi muito interessante, quando ele fala das políticas públicas. Ele fez algumas sugestões, até quando, lá atrás, o leite iniciou no Estado de Rondônia, e que, de fato, era uma atividade muito

forte, mas também havia muito incentivo.

Como é que vocês veem isso? É possível que mediante essa crise, vocês consigam também se unir para ajudar esses produtores e mudar a realidade do Estado de Rondônia?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Ah, sim, sem dúvida. A gente vem falando muito com a categoria de produtores, com o sindicato das indústrias, o Sindileite. A gente vem traçando, escrevendo uma metodologia de como ajudar esses produtores.

Têm produtores que é nossos, vamos dizer assim, que vendem leite para a empresa, e outros produtores que vendem para empresas concorrentes, onde ele está junto com nós, tentando um mecanismo, como se fosse um subsídio para esse produtor. Então, nós estamos amadurecendo alguns projetos em relação a isso, para gente levar até a bancada legislativa, e junto com vocês, do Poder Legislativo, para gente apresentar – eu sempre cito o nome do Edmar, uma pessoa assim, que luta pela categoria. Eu sempre estou muito ligado com ele, em relação a ele, e eu já deixando claro para ele: o que precisar, for do âmbito de melhoria para o pequeno produtor, médio e grande, nós estamos ao dispor.

Nós estamos desenhando esse projeto. Eu sei que são coisas a médio e longo prazo pelo fato de as coisas serem um pouco morosas, nunca se resolve de um dia para o outro.

Mas eu sempre falo para ele, vai entrar governo, sair do governo, porem nós temos que fazer alguma medida. E nós já estamos, junto com o sindicato, preparando isso para apresentar em seguida aí para vocês.

Pode ter certeza que a gente vai chegar com esse projeto em mãos, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A gente entende que se precisa mesmo, Jaime. Precisa de haver essa unidade entre as empresas, através do sindicato, e até mesmo essa proximidade, no sentido de forçar também, nos ajudar, como Parlamento, porque a gente também tem trabalhado em função disso, para que a gente tenha orçamento para os produtores, para que a gente tenha mais políticas públicas e essa realidade possa mudar para todos.

Teria alguma coisa que você gostaria de falar, que não eu não te perguntei, que você entende que é importante e que você gostaria de relatar aqui para que a gente possa estar inserindo nos trabalhos da CPI?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Deputada, eu acho assim que, talvez, no âmbito das perguntas, a gente até esquece algo que seria importante, não é? O que eu me lembre agora, não. Certo?

Mas, se tiver, a gente pode dar sugestões depois. A gente pode até incluir algo, tá?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Eu tenho aqui o Professor Otacílio, que está conosco, e o Doutor Cláudio que também está no jurídico. O Doutor Cláudio Carvalho já pediu que quer fazer um questionamento. O Professor Otacílio também tem questionamentos.

Então, vou passar aqui para o Doutor Cláudio. Ele vai fazer perguntas a você e, depois o Professor Otacílio, está bem?

Ele está só ajustando a câmera aqui para você poder vê-los.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO NOGUEIRA DE CARVALHO - Bom dia a todos da Casa.

Deputada, quero cumprimentar o Jaime, o representante da Italac, e dizer que eu sou um consumidor assíduo da Italac.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Eu também.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO NOGUEIRA DE CARVALHO - Nos mercados, para comprar o leite em pó, o leite condensado, enfim, os produtos que a empresa produz com boa qualidade.

Eu acompanho o trabalho da CPI desde o início, senhor Jaime. E nós passamos da fase inicial que era ouvir o produtor. Ontem foi a vez do governo. A Assembleia, em todas as audiências, tem a participação dos deputados. E parece que, em toda a cadeia produtiva do leite, realmente tem esse medo de que essa atividade, a cada dia, vá diminuindo a produção. E, eu imagino que, pela sua fala, também é pensamento da empresa. Ficou bem, bem claro.

Ouvindo o produtor, são inúmeros os problemas. E o que eles querem, às vezes, não é só uma coisa. São vários itens que podem ir se aperfeiçoando.

Uma pergunta que a deputada fez que o senhor respondeu a respeito do contrato. Se o senhor elabora contrato com o produtor, o senhor falou que não, que é informal. Eu vi que essas é uma das reclamações dos produtores, praticamente unanimidade. E ouvindo o senhor, que um dos motivos, provavelmente, da demanda, da produção do leite ter caído sistematicamente, o senhor atribui a um amadorismo.

Em se tratando de produtor, que é pessoa física geralmente, é claro que eu concordo que é mais fácil de existir. Mas, se tratando de juma empresa, uma empresa comprar um produto e não fornecer um contrato, não seria também amadorismo? E não estou aqui para criticar, mas fazendo uma análise de tudo o que foi falado, de todas as audiências, sem ser apenas essa que o senhor está sendo ouvido, que a dificuldade é para todos.

Portanto, eu vejo, no mundo jurídico, que é possível, sim, fazer um contrato, muito embora sejam muitas pessoas que fornecem o leite para a sua empresa, mas se pode ter um contrato padrão, já abrangido por muitas cláusulas, e só preencher os dados pessoais e poucas coisas para que dê o mínimo de dignidade para o produtor.

Nós podemos pensar assim: um produtor que fornece 50 litros de leite diário é muito pouco para o pensamento da Italac, mas é tudo o que ele tem no dia a dia para arrecadar. Então, é pouco para quem tem muito, mas para quem só tem aquilo, não é pouco. E ver o produto sair de sua pequena propriedade sem nenhuma segurança, eu entendo que é possível fazer.

Eu gostaria de saber se o senhor pensa em implementar propostas desse tipo para ajudar em outras propostas que serão, com certeza, elaboradas pela Assembleia Legislativa, pelo próprio produtor que, unido e depois dessa CPI, eu acredito que vai se organizar mais.

E, as empresas não podem ser diferentes. As empresas, principalmente, precisam pegar esse relatório, acabando a CPI, e tentar viabilizar aquilo, minimamente, que é possível ser feito sem aumentar custos e trazendo mais dignidade para aquele que é o maior sofrendor, que está no sol. O empresário, o advogado, nós estamos aqui num escritório, no ar-condicionado, e o produtor que acorda 4 da manhã, ora, é o frio e logo em seguida é o sol.

Portanto, eu deixo aqui os meus questionamentos e essa proposta para que seja implementado. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Cláudio.

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Obrigado. O que eu imagino a sua fala é pertinente, sim, o que você expôs. Hoje a Italac segue um modelo nível nacional, de não ter essa parte contratual entre comprador e vendedor da matéria-prima.

Agora, nada impede de a gente ir estruturando e estudando isso que o senhor colocou, em pauta. Nós também não podemos engessar nada, mas o modelo que hoje a empresa adota é, realmente, isso que eu fale. Então aqui o que a gente vê em cadeia nacional mesmo. Mas, podemos estudar juntos, por quê? É uma primeira fala que a gente está participando. Eu acho assim que, talvez a gente também é um pouco distante da parte pública, que são vocês. "Ah, nós só encontramos em momento de uma CPI." Um exemplo.

Então, eu acho que é uma parte que a gente tinha que quebrar essa situação também. Porque vocês também têm sugestões para o produtor e para a indústria. Então, aquilo que andar tudo certinho, todos tem a ganhar. Então eu acho que a gente não engessa esse tipo de situação, que foi bem colocado.

Porém, é o que eu digo, hoje a gente não pratica dessa forma, mas vamos pensar junto com a Italac, junto com o sindicato, e vocês também nos ajudar a elaborar isso, para a gente começar a andar esse tipo de situação, estamos abertos a isso também. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Jaime.

Agora vamos ouvir o Professor Otacílio.

O SR. OTÁCILIO MOREIRA DE CARVALHO COSTA - Bom dia, Jaime. Então, Jaime, ontem nós estivemos recebendo aqui o Presidente da Associação dos Supermercados, e ele falou que a indústria local, os laticínios que produzem localmente, principalmente leite fluído também, eles têm competitividade com aquelas marcas que vêm de outros Estados. Contudo, ele percebe que tem momentos que falta o produto daqui.

Você falou, tem essa dificuldade. Você tem mais ou menos, não sei se você pode falar, que é uma informação estratégica da empresa, mas em relação à captação, quanto que vocês recebem de leite durante o período de safra e quanto na entressafra, ou pelo menos a queda no percentual?

Outro questionamento nosso aqui é se, por exemplo, não sei qual é a capacidade ociosa de vocês, se tivesse mais leite até mesmo no período de safra, se tem mais condições de captar e produzir leite, se essa falta de leite, realmente, se essa queda na produção de leite tem atrapalhado vocês, inclusive nesse período de safra?

E, se, por exemplo, todo o leite de Rondônia é apto para vocês produzirem, porque 80%, praticamente, do nosso leite vai para produção de muçarela. Então, de repente, também é algo mais, vamos dizer assim, é um outro fator, complicativo para vocês que também produzem muçarela, mas produzem também, acho que é o carro-chefe de vocês, deve ser o leite fluído, pelo menos nos mercados é o que a gente vê. E se, por exemplo, se todo o leite de Rondônia estaria habilitado aí para produzir esse leite fluído?

E, a última pergunta: se na primeira CPI que teve aqui lá em 2008, 2009, além dessa força dos mercados — os mercados exercem força, a gente sabe muito bem. Tem rede de mercado aí que tem uma central de compra em um determinado Estado e compra para praticamente todo o país, e o poder de compra dela é muito grande. Aí, acaba, vamos dizer assim, trazendo essas implicações para os laticínios dentro dos Estados, principalmente o nosso aqui.

Um outro segmento que também era bastante forte naquela época lá, era a embalagem: o monopólio da Tetra Pak. Se ainda tem um peso muito grande o preço da embalagem para vocês?

São esses questionamentos.

O primeiro é o da captação: se vocês têm muita ociosidade, essas questões.

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Sim. Ok. Boa pergunta, professor. É muito pertinente a sua pergunta.

Quando se trata de volumes captados, hoje, até eu já ouvi pessoas falarem: "Ah, a Italac hoje capta 50% do leite de Rondônia." Pelo contrário. Nós não temos essa captação. Hoje a nossa capacitação é por volta de 33% a 34% do leite em Rondônia.

E falando em parte de ociosidade, nós somos bem ociosos, entendeu? A planta é totalmente ociosa. E eu não vou falar por nós, vou falar por todos. Todas as plantas de laticínios no Estado de Rondônia são ociosas.

Inclusive, até as agroindústrias, pelo fato de o volume ser muito pequeno.

Porém, eu vejo, cada dia que passa... Eu vejo assim, essa ociosidade, deixando os custos operacionais, acima daquilo que seria o ideal. Hoje eu também vejo a questão, por exemplo o leite UHT. Nós temos condições de abastecer todo o mercado de Rondônia em relação ao leite UHT.

Nós temos um entrave em relação ao leite UHT, pelo fato da qualidade do leite recebido para a fabricação dele. Hoje, talvez quando a gente fala aí de 80%, chegando a 90% de muçarela do leite de Rondônia, alguns dos parâmetros seriam em relação à qualidade para fazer com que esse leite cartonado chegue até ao consumidor. Então, tem esse entrave, respondendo, basicamente é isso.

Em termos do custo do cartonado que é da caixinha, eu não tenho conhecimento sobre os valores, mas eu acredito que ele "sai fora da casinha" em relação ao preço também. Eu acho que é bem elevado. Mas eu não sei te conduzir os números dele, entendeu?

O que eu vejo hoje são empresas ociosas; somos capazes de atender o mercado local. Talvez a gente ouça: "Ah, mas está faltando leite aqui!", e o detalhe é, talvez eu não consiga pela qualidade desse leite que eu tenho que colocar na caixinha, tá?

Não sei se eu respondi a sua pergunta.

O SR. OTÁCILIO MOREIRA DE CARVALHO COSTA - Perfeito. Somente isso. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Jaime. Bom, Jaime, concluímos aqui. Teria mais alguma coisa que você gostaria de falar, ou podemos encerrar? Aliás, só comentar?

O SR. JAIME SABINO DE SOUZA FILHO (Por videoconferência) – Deputada eu acredito que não. E assim, eu deixo o convite para todos vocês, os deputados e quem tiver interesse de fazer uma visita para nós, certo? É uma honra receber vocês aqui, deputada, mostrar um pouco mais do operacional, que é importante. E fica o convite para você e os demais deputados presentes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Obrigada, Jaime. Obrigada pelo convite. E a gente agradece a participação de vocês. As informações são importantes para o trabalho da CPI. E estamos aqui também à disposição, como Assembleia Legislativa e também através do nosso mandato, está bom? Muito obrigada.

Eu vou encerrar agora, dar uma paradinha para o almoço e suspender. Vamos suspender aqui os trabalhos e nós voltaremos às 14 horas. Está bem?

(Suspende-se a Reunião às 11 horas e 59 minutos e reabre-se às 14 horas 31 e minutos)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Olá, boa tarde, Giovane. Está nos ouvindo?

O SR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA - Sim. Boa tarde.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada pela disposição em participar da Comissão Parlamentar de Inquérito conosco. Eu sou a Cláudia de Jesus, estou deputada. Nós temos aqui parlamentares que estão participando de forma on-line conosco: Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Delegado Camargo. Temos aqui também, junto conosco aqui, o Professor Otacílio, da Universidade Federal, economista; Doutor Daniel, que está aqui conosco e dá suporte à Comissão Parlamentar de Inquérito; toda a equipe aqui da Assembleia também que nos auxilia aqui nos trabalhos.

E, reabrindo aqui novamente os trabalhos dessa tarde, eu vou ler, Giovane, aqui o Requerimento no qual foi criada essa Comissão Parlamentar de Inquérito, para que você possa compreender.

"REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conceleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conceleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conceleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025." Esse Requerimento foi aprovado por unanimidade e é de autoria coletiva, de todos os parlamentares.

Giovane, a gente vai fazer aqui alguns questionários. Tem aqui algumas perguntas para serem feitas a você. Aí depois a gente só gostaria que você se apresentasse, qual é a empresa que você representa. Está bem?

O SR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA - Ok. Meu nome é Giovane da Silva Almeida. Eu falo aqui pela marca de laticínios Tainara, aqui em Presidente Médici. E sou sócio-proprietário, é uma empresa familiar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Então, Giovane, a Comissão Parlamentar de Inquérito é fruto de uma solicitação dos produtores, mediante a crise que a gente tem vivenciado nos últimos tempos do preço do leite. E a gente elencou aqui os principais motivos. E a gente está fazendo esse trabalho, a oitiva. Já ouvimos produtores, algumas Secretarias do Estado, que representam o governo estadual, algumas empresas também, instituições de apoio ao setor.

Então, é um processo de oitiva para que a gente possa ir concluindo esse trabalho, e que está sendo um trabalho importante no sentido de investigar as denúncias, mas também de trazer proposições no qual a gente vai dar encaminhamento para que possa se fortalecer o setor.

Aí a gente tem alguns questionamentos, aqueles que, por ventura, você não quiser responder, a gente pode passar para frente. Se tiver alguma dúvida, a gente também está à disposição, está bem?

Eu vou iniciar aqui a leitura dos questionamentos.

Diante dos indicadores de alta concentração na compra de matéria-prima do leite Rondônia, o segmento industrial no qual você representa, pode afirmar que o preço pago ao produtor é ditado pela livre concorrência?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Olha, hoje a gente toma como critério, o pagamento em cima da tabela do Conceleite, que a gente também não faz. Não é associado a um Sindileite nem nada. A gente tem como base, esses preços assim, eu acredito que como outras também, parte como base em cima deles. E tem os seus, alguns critérios internos, cada fábrica tem, entendeu? E que vai fazer essa, como se diz, não é criação, a composição desse preço final,

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Mas em base, em tese, é feito em cima dessa tabela do Conceleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Qual o prazo para pagamento do leite captado por sua indústria, aos produtores?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (por videoconferência) - É, o meu prazo é assim, a gente trabalha com 20 dias de carência, hoje. Então, assim, a gente coleta o mês fechado, do dia 1 ao dia 30, por exemplo, e é feito o pagamento no próximo dia 20. Até dia 20, no caso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Então, o prazo...

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – O prazo médio é 50 dias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É 50 dias, no caso.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Isso. Começo a coletar dia primeiro, fecha o mês e é feito e é feito o pagamento dia 20 do mês subsequente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O prazo a ser pago é estabelecido na data da compra ou na data do pagamento?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - O prazo, esse prazo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, o preço, no caso. O preço a ser pago é estabelecido na data da compra ou na data do pagamento?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Tá, é o seguinte todo pagamento quando vai, no final da nota fiscal vai um preço base ali, encaminhado, entendeu? Para o mês subsequente. Não é um preço, vamos dizer, assim, composto total, mas já dá para o produtor ter uma ideia de que aquilo ali é um mínimo, entendeu? Menos que aquele, não. Então, assim, hoje é encaminhado junto na nota fiscal, por exemplo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É na hora do pagamento, no caso?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Exato. Mas, assim, do pagamento do mês anterior, no caso. Então, quando ele recebe a nota fiscal dele lá, ele já vai saber, já vai ter um preço base que ele vai receber no próximo mês. Então já é meio que pré-avisado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Os preços são baseados em acordos verbais ou existe contrato de longo prazo com cláusulas transparentes de reajuste?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Não, não existe contrato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Quais os critérios técnicos que o laticínio que você representa utiliza para compor o preço pago ao litro de leite? É, volume, distância, estrada, fidelidade, quais os requisitos?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Hoje volume, fidelidade, e a gente, como é uma empresa pequena, assim, ainda de familiar, a gente vem

implantando, agora melhorando, estamos implantando, a questão do controle de qualidade, desenvolvendo. Então, a gente busca trabalhar em cima também dessa parte do controle da qualidade. Então, o que a gente tem ao nosso alcance hoje, como uma indústria pequena, mas crescente, a gente tenta fazer. Mas depende aí agora dessa implantação de controle de qualidade para tentar também precificar em cima disso. Tentar bonificar também em cima disso. Mas hoje, hoje opera principalmente no volume e também com um pouco da fidelidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Como que vocês avaliam essa metodologia do Conseleite?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Olha, assim, a gente, eu não tenho o que falar muito pelo fato de nós não fazemos parte de lá do sindicato, então eu não sei nem como que eles chegam nesse preço. Entendeu? Então, eu não tenho o que falar. A gente segue porque é o que gira no Estado, mas a gente ter o conhecimento de como é composto esse preço de leite que eles colocam na família, a gente não tem esse conhecimento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Você não tem conhecimento de como que funciona o Conseleite, no caso?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Não, porque a gente não faz parte do Sindileite, dessa associação ali do conselho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A gente tem algumas perguntas aqui que são direcionadas sobre essa questão do Conseleite. Eu vou pular aqui algumas delas, porque várias delas tratam sobre isso. No caso, o seu laticínio, se expandir a captação para a rota de um concorrente oferecendo um preço maior, nesse caso é possível haver retaliação?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Ah, acredito que sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Já houve algum fato dessa natureza?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Olha, já houve. Isso é normal. É concorrência, como em qualquer mercado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas, quando há essa concorrência, já houve casos de retaliação contra algum produtor que aderiu ao laticínio de vocês?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Já aderiram ao nosso, como também já saíram para outros. Entendeu? Acontece.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O laticínio que o senhor representa tem percebido redução no número de produtores de leite em Rondônia, bem como no volume de leite produzido, nos últimos cinco anos?

OSR. GIOVANE DASILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Tem, tem diminuído.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – No caso, tanto...

OSR. GIOVANE DASILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – No volume quanto a quantidade de produtores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Você acha que quais fatores têm levado a essa situação?

OSR. GIOVANE DASILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Olha, lógico, vamos pensar, o produtor vai falar a respeito do preço. Lógico, que é o principal. Como também, vamos se dizer assim, o preço do leite que nem ele vai falar: “Está baixo” não está suprimindo a demanda do custo dele de produção. Vamos supor. Mas também o mercado hoje está inflacionado. Muita coisa: é remédio, é ração, é tudo.

Então, o que eu tenho para falar, logicamente, o produtor vai desanimar pelo preço, no caso. Só que uma coisa carrega a outra. Hoje, por exemplo, a gente que é uma empresa pequena e trabalhamos com um único produto. Nós só trabalhamos com um produto aqui.

Então, queira ou não, outros podem não sofrer igual a gente, pelo fato de não ter a oscilação. Tem um mix de produtos para segurar ali na época em que o nosso produto, que a gente produz, cai o preço, que o leite cai e o nosso também cai. A gente também sofre um pouco. Mas, quem tem um mix, quem tem condições de ter um outro tipo de produto com valor mais agregado dentro da fábrica, que já está mais avançado que a gente, no caso, acaba compensando um pouco. Mas, para gente, é dessa forma aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. A produção do Estado caiu de cerca de 3 milhões de litros por dia para aproximadamente 1,6 milhão de litros por dia.

A indústria atribui isso à ineficiência do produtor. Mas, se a margem industrial fosse mais justa, o produtor não investiria em tecnologia? O que você acha na sua concepção?

OSR. GIOVANE DASILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Fala que se ele fosse melhor remunerado, investiriam para melhorar a eficiência e a produção... Isso no caso?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, sim. Porque o que mais desanima é justamente não ter um preço justo.

OSR. GIOVANE DASILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – De fato, se houvesse um preço justo, seria mais competitivo. As pessoas querem a cada dia melhorar mais.

OSR. GIOVANE DASILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Sim. Olha, eu até estive em uma palestra muito boa na Rondônia Rural Show a sobre qualidade do leite, entendeu? E tudo mais.

Eu acredito que não só o preço. Por exemplo, o laticínio pagar primeiro para o produtor dar o pontapé. Lá teve um palestrante que foi muito bom, acho que é da Clínica do Leite, se não me engano, lá de **(ininteligível)**, e ele falou que hoje a nossa qualidade do leite aqui, queira ou não, é baixa em comparação com os grandes polos do nosso país. Lógico, vamos dizer assim, como é que quer que o produtor entregue um produto de qualidade se não tem o preço? Entendeu?

Hoje, se for classificar mesmo, dá para o cara produzir, sem ter tanta tecnologia ou tanta estrutura, um leite que atenda ao padrão da normativa. Mas, lógico, é o que a gente vem batendo na tecla: dá para remunerar mais? Dá. Desde que atenda. Porque, da mesma forma que ele vai produzir esse leite melhor, com melhor qualidade, a gente também vai conseguir produzir o nosso produto e ter mais rendimento, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Entendi. Correto.

Se o preço pago ao produtor desabou nos últimos anos, por que o preço dos derivados no supermercado não caiu na mesma proporção? O que o senhor acha que se deve a isso?

OSR. GIOVANE DASILVA ALMEIDA (Por Videoconferência) – Olha, assim, eu tenho até aqui três notas de clientes, de três meses consecutivos. E, se você olhar na tabela do Conselho de três meses atrás, teve uma alteração de preço no leite. Foi mínima, foi, mas foi subindo.

Só que a gente não fez repasse aqui. Continua o mesmo preço de três meses atrás e vai indo. E o leite hoje já está um pouquinho a mais, de preço. O que eu acho?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É nota fiscal de venda, essa daí?

OSR. GIOVANE DASILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Isso é nota fiscal de venda. Minha venda. E tipo assim, para ver que, do mês 4, mês 5, mês 6, um cliente que a gente atende o preço continua o mesmo nos três meses. O leite variou para mais, porém o preço não subiu, do meu produto.

Agora, se na gôndola subir, aí já é uma prática do mercado, de ver o cenário geral e colocar o preço, repassar esse preço direto para o consumidor. Porque eu não trabalho com mercado, a gente trabalha só com atacado, a gente não faz varejo. É só distribuidora.

Mas chega lá a conta para eles, no mercado, e para o cliente final.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na sua opinião, você acha que quem está se apropriando desta margem econômica, no caso?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Olha, assim, cada um tem sua análise financeira, sua constituição financeira, sua empresa. Só que, como eu mostrei aqui, esse repasse tão grande assim, “ah chega muito caro lá no mercado”, ou pode ser do intermediário ou do mercado mesmo.

A gente tem aqui, em cima das nossas notas, nossas vendas, que o mesmo preço que o leite reajustando, a gente ainda não conseguiu reajustar o nosso preço, porque a gente não tem como concorrer com esses grandes. Então é complicado para a gente. Como é que a gente reajusta? Você pega uma empresa grande que compra o leite para produzir, vamos supor, o carro-chefe das fábricas de Rondônia, queijo muçarela. Uma empresa que tem condição de comprar o leite para produzir o queijo muçarela e dali ela retirar subprodutos, que a gente ainda, no caso, não tem essa condição. Então, logo o cara agrega muito mais valor ao leite comprado para fazer a muçarela.

Então, logo ele consegue vender essa muçarela um pouco mais barata, porém ele ganha no outro, que é onde eu não consigo subir o meu pelo fato que tem um concorrente que está vendendo mais barato, porque ele está ganhando em outros produtos. Acaba que eu não consigo repassar o meu, porque eu trabalho com um produto só.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Na sua avaliação, hoje, a indústria que o senhor representa cumpre a contrapartida social exigida pelos incentivos fiscais recebidos do Estado, através do crédito presumido e do diferimento de ICMS?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Cumpre que sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Como que vocês têm trabalhado isso?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Hoje a gente tem trabalhado com assessoria de medicina veterinária aos produtores. A gente, pelo nosso faturamento, a gente consegue atender, em cima do que é restituído de crédito, duas propriedades. Eu tenho aqui as notas fiscais prestadas pelos profissionais, a empresa terceirizada que recebe por esse serviço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Quantas propriedades?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – São 2 propriedades, a gente atende hoje.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Duas. Correto.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência)

– Isso é calculado em cima da questão de faturamento e tudo mais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Você teria alguma sugestão sobre políticas públicas, que você acharia interessante hoje para melhoria desse setor produtivo, que você gostaria também de colocar como uma indicação aqui nessa CPI? Para melhorar, política pública ou medidas que venham para favorecer.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Certo. Olha, hoje, eu acho que, em geral as coisas são um pouco burocráticas. Para a gente expandir, querer melhorar a captação, buscar um investimento e tudo. Hoje o mercado está defasado em mão de obra. Você procura em todo laticínio, você pode perguntar que todos eles vão reclamar de mão de obra.

É o salário? Não. Salário remunera bem. Eu não sei o que está acontecendo também. Então, hoje o que a gente tem que está fazendo? A gente está partindo para tentar expandir, porque senão vai ficar estagnado no volume que está. Se o cara tenta hoje crescer, ele tem que investir em equipamento, tem que investir em automação, e aí é que entra a burocracia de documentação. Hoje é um pouco complicado, principalmente parte ambiental, parte fiscal e tudo.

Então, assim, hoje, para a melhoria nessa questão que ajudaria, eu acredito que era ver um pouco essa burocratização da documentação, de licenças. E na questão do produtor em si, eu acredito que é isso. Desburocratizando essa questão, você consegue uma constante melhoria. E você melhorando o processo, você busca eficiência, você busca padronização. Você tendo eficiência, gera um pouco mais, tem mais lucro, tem mais fôlego, mais caixa para estar remunerando o produtor também, buscando forma de remunerar melhor. Eu acredito que é por aí. Assim, vendo dessa parte de questão política, no caso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem quanto tempo que vocês têm essa indústria?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Aqui, desde 2011.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E mediante essa queda, Giovane, que tem acontecido da produção de leite no Estado Rondônia, qual o olhar que você tem sobre isso hoje? Porque isso também é um risco para os laticínios, quer dizer, hoje a queda do leite é prejudicial às empresas de laticínio. É preocupante ver a situação em que estão os nossos produtores.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Exato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como é que você vê isso, no contexto geral? Não sei se há também algum diálogo no sentido de pensar mais até

no produtor para que se possa ter alternativa de motivar para permanecer na atividade.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - É, então. Só que assim, isso teria que ser, eu acho, um conjunto.

Eu acredito que hoje, se for voltar para essa área... Lógico, eu acredito que os grandes hoje teriam que ter mais esse pontapé inicial, que demandam maior produção, porque hoje, não é só remunerar. Se você cobrar hoje, a gente, uma empresa pequena, cobrar de um produtor: "Ah, qualidade, ah, isso, aquilo", enquanto houver outro produtor ou outra fábrica que compra o leite do jeito que está, tem produtor que vai querer entregar.

Já foi feito aqui. A gente aqui já tem histórico de: "Não, cara, você melhora isso, melhora aquilo; dá para pagar um pouquinho a mais, mexe com a ordenha", você incentiva aqui, incentiva dali, mas o cara: "Ah, cara, dá muito trabalho".

Lógico que ele desanima. Às vezes fala: "Ah, não sei se vai valer a pena investir também." É a mesma questão que você falou, para a gente também hoje, essa diminuição do volume, será que vale a pena eu pegar aqui e fazer um investimento de R\$ 1 milhão, 2 milhões dentro de uma fábrica hoje? A gente desse porte, que é pequeno? Para um grande é fácil, mas e para a gente? Mas assim, é puxando por esse lado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está certo.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Mas é preocupante sim, porque toda empresa quer crescer e quer expandir. Mas se você não tem a matéria-prima? O que vai acontecer?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É verdade.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - E aí é pensar uma forma de tentar melhorar hoje os produtores que têm, tentar incentivar para aumentar o volume, melhorar a qualidade.

Hoje, se você for correr atrás de outros produtores é complicado. Tem? Tem, mas você tem que tirar daqui do município, tem que ir para outros, isso aí vai gerar custo de transporte e tudo o mais.

Então hoje o nosso leite aqui, o máximo que a gente capta, é no município vizinho. É mais municipalizado aqui mesmo, em Presidente Médici.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Giovane, a gente está aqui com o Professor Otacílio, tem a Deputada Taíssa, Deputado Rodrigo Camargo, que também participa conosco. Só vou verificar aqui se alguém deseja fazer algum questionamento. Está bem?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Ok.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Professor,

deseja fazer algum questionamento?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Giovane, primeiramente, agradecer por sua colaboração. O intuito da CPI é procurar soluções para tentar melhorar a cadeia produtiva.

Tem se falado muito da questão da qualidade, até falar para a deputada aqui, que nós temos um curso, lá em Rolim de Moura, deputada. Nós temos o curso de Medicina Veterinária, a Universidade Federal de Rondônia, e também Agronomia. Lá está sendo concluída agora a Clínica Veterinária.

Eu estive conversando com o Vice-Reitor, agora, ele entrou em contato com a diretora do campus de Rolim de Moura, lá tem um espaço já apropriado para um laboratório de análise da qualidade do leite. Nós temos que fazer uma parceria. De repente, conversar com a Idaron, que a Idaron tem um Fundo, a gente já tinha conversado isso lá atrás, mas de repente resgatar isso. Vamos propor, exatamente, para ter uma conversa. E lá tem uma especialista, uma professora especialista.

E é interessante porque lá a ideia é o quê? Nós temos esta ideia: não é só fazer análise, entregar para o produtor, para o laticínio e parar com isso. Não. É, de repente, ir para a propriedade fazer uma investigação, que é o papel da universidade, por isso que é interessante esse laboratório estar dentro da universidade. A universidade vai investigar o porquê da má qualidade desse leite nas propriedades em que o exame, a análise, não trouxe um bom resultado.

E a UNIR também tem parceria com o IFRO, isso é bom falar também. Eu acho que são duas instituições que podem e devem ajudar. Já estamos concluindo. Já está fechando totalmente, alguma parte, nós vamos fazer também análise de qualidade de bovino, genética, tudo tal, isso aí já, a universidade já tem equipamento. Talvez um dos poucos equipamentos que vai faltar é para o laboratório.

Então, é só para dizer que o intuito da CPI é procurar soluções. Eu acho que essa é uma delas, e a gente vai manter conversa. Mas você falou, Giovane, quando você falou, você falou das notas vendidas. Vocês vendem direto para o mercado ou tem atravessadores?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Não, a gente hoje trabalha 99% com distribuidores.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Distribuidores.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - É, exato, distribuidores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Vocês podem vender direto para o mercado? Podem?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) - Pode.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - É, então,

de repente, também, talvez, deputada, foi um segmento que a gente não se ateve. Então, se tiver atravessadores, essa venda indireta é mais um segmento, pode encarecer mais ainda o produto ao chegar lá na frente. De repente, a venda direta poderia ser algo mais interessante. Então, eu não, não sabia, eu não pensava muito nisso, não cheguei a pensar. De repente a gente esqueceu. Quem são os principais distribuidores que vocês vendem aí?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Ah, assim, eu não queria falar nomes, no momento, dos meus clientes.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Ah, tá. Está bom, tranquilo. Está bom. Está certo. Está bom.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Assim, a gente trabalha da região da Zona da Mata, de Rolim, vai subindo aqui também na região de Ouro Preto e até Porto Velho. Jaru e Porto Velho.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Os demais laticínios, assim, de pequeno porte, pequeno e médio.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Do nosso porte, a gente trabalha mais ou menos, assim, da mesma forma.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Da mesma forma, não é? Então, está certo.

Só uma outra questão, teve denúncia de que, inclusive no Conseleite, na última reunião agora, salvo engano, foi ontem ou anteontem. Foi anteontem. É, de que alguns, vamos dizer assim, alguns produtores estão dizendo que ou está ocorrendo meio que uma divisão do mercado. Em que sentido? Olha, tem um grupo de produtores, em determinado lugar, nós ouvimos aqui alguns deles, e falou: “Olha, passa lá, por exemplo. Eu estou mais perto de um laticínio na minha região, mas meio que, olha, eu só posso vender para um outro que está num município bastante distante. Então, se o caminhão do outro laticínio, que é bem pertinho da minha propriedade, passar, eu não posso vender. Eu só posso vender para o outro”, e ambos produzem, no caso, você produz muçarela também, não é?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Isso, também.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Então, a mesma coisa os dois lá. Aí eu tenho, por exemplo, no caso, ele vendeu para um, ele, praticamente ele só pode vender para um laticínio lá de Monte Negro, que fica mais de, ou seja, mais de 200 quilômetros, cerca de, quase, não, 100 e poucos quilômetros de onde fica a propriedade deles. Enquanto tem ali, na região deles ali de Candeias do Jamari, cerca de 20, 30 quilômetros, bem mais perto. E pessoas que estão precisando desse...

Então, você já ouviu falar disso, que há essa, meio que essa divisão, meio que fechou assim? Eu vi até um termo chamado: “olha, fechou a plataforma”, no sentido de que determinado grupo de produtores só pode vender para aquele laticínio. É, aquele outro grupo de produtores daquela região só pode vender para aquele. Você já chegou a ouvir algo nesse sentido?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Rapaz, se passar perto, na frente, e o produtor quiser descarregar, nosso tanque está disponível. Nós aqui não... eu estou precisando da matéria-prima para trabalhar. Mas essa questão aí de que não pode, meu caminhão passar na frente e o produtor não poder entregar para mim o leite, eu não estou sabendo, não.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Está certo. Perfeito.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Hoje em dia, mais mesmo por questão de concorrência, preço. Tem muito produtor também que não gosta, não abre mão aí de estar entregando para outro, trabalha com parceria, ou gosta do atendimento ou da forma de trabalhar com cada empresa.

E mesmo você pagando um pouco a mais, ele não sai, não sai do outro, gosta de trabalhar com aquela empresa. Entendeu?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Mas eu só vou reformular um pouco a pergunta, porque a sua resposta lá atrás deu meio a entender que havia. A deputada perguntou para você, por exemplo: “olha, se você invadir a rota de um, por exemplo, comprar de um produtor, por exemplo, que historicamente não vendia para você, haveria uma retaliação contra você?”, você respondeu que “sim”. Há isso aí?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Sim.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Sim?

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Só que aí eu disse “alguns produtores”.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Ah, beleza. Está certo. Está bom, então. Está certo. Perfeito. Obrigado, Giovane. Um abraço.

OSR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Mas quanto à questão da clínica e do laboratório, muito bacana, eu não estava sabendo que em Rolim tem isso aí, não. Vai contribuir bastante.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Tem. Foi contratada uma professora especificamente para essa questão do leite, lá em Rolim. Na verdade, o curso de Medicina Veterinária, a ideia inicial era para formar

peças mais para o lado de pet, mas graças a Deus, até pela vocação do agronegócio aqui, a nossa universidade até redirecionou para atender o agronegócio, que é uma coisa.

Tanto é, a clínica veterinária que está sendo, que é um hospital veterinário, na verdade, quem deu o pontapé inicial fui eu quando eu fui Pró-Reitor lá. Só que aí veio a pandemia, já era para estar concluído. Só que na pandemia, a empresa responsável, começou em 2000, eu fui Pró-Reitor de 2016 a 2018, saí para o Doutorado. Em 2018, deixamos licitados e com R\$ 6 milhões. Construiu praticamente as duas etapas, que é o esqueleto e fechou. Aí faltou a parte dos acabamentos. E aí, na parte dos acabamentos, em 2020, por causa da pandemia, a empresa era de Manaus, e acabou não concluindo. A UNIR não pagou. A sorte que a UNIR não pagou o restante, ela abandonou e não... E aí sobrou recurso e agora está, já está concluso e com parte dos equipamentos.

A gente aguarda, de repente, fazer uma parceria com o Estado, com a Idaron, quem sabe até do Proleite e comprar os equipamentos para equipar a sala que está preparada para isso aí. Eu acho que vai ser muito importante.

O SR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Vai sim. Show de bola.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Valeu, um abraço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Giovane, teria alguma coisa que você gostaria de falar que eu não te perguntei ou que você queira registrar nessa oitiva da CPI?

O SR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Não, acredito que conversamos algumas coisas aí bem interessantes. É isso aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, quero agradecer a sua participação e dizer que o objetivo da CPI é a gente realmente poder ajudar essa cadeia produtiva para que ela possa se alavancar, tanto do ponto de vista do produtor, que ele possa ser respeitado, ter um preço justo; mas também, que as empresas do Estado de Rondônia hoje, elas também possam caminhar, possam de fato, cada dia prosperar mais. O desejo nosso é esse. É claro que a gente percebe que a cadeia está desorganizada, precisa de auxílio, precisa de políticas públicas, precisa dessa unidade para voltar a se fortalecer.

Então, a gente agradece. Esse trabalho também, além da gente fazer uma investigação sobre algumas denúncias que foram feitas, a gente está colhendo muitas demandas, sugestões importantes, que se colocadas em prática vai ser muito importante para o setor.

E o objetivo maior, é fazer com que essas proposições que foram trazidas pelos produtores, pelas indústrias até pelas instituições também, não-governamentais, é que

tudo isso, boa parte a gente consiga colocar em prática, que a gente possa trabalhar uma política de Estado que venha fortalecer o setor produtivo.

Eu te agradeço bastante pela disponibilidade de participar com a gente, está bom? E declaro por encerrada aqui a nossa oitiva.

O SR. GIOVANE DA SILVA ALMEIDA (Por videoconferência) – Está ok, então. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Giovane, até mais.

Boa tarde. Tudo bem, senhor Rodrigo?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Tudo bem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada pela disponibilidade de participar da oitiva do CPI do Leite. A gente agradece a sua participação, vai ser importante aqui para esse trabalho que a gente tem feito.

Antes de iniciar aqui alguns questionamentos que a gente vai fazer para o senhor, eu vou ler o Requerimento no qual foi constituída essa Comissão parlamentar de Inquérito, para que o senhor possa compreender melhor, está bem?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Tudo bem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – "REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;

6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;

7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;

8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;

9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025.”

Esse Requerimento é de autoria coletiva e foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa.

Senhor Rodrigo, essa CPI foi criada mediante a solicitação de produtores de leite do Estado de Rondônia na Audiência Pública que teve em 15 de dezembro de 2025, mediante a crise do leite e da baixa no preço do leite. A gente já iniciou os trabalhos, já ouvimos produtores, entidades, governo e, agora, estamos ouvindo as indústrias.

Então, a gente vai fazer alguns questionamentos, algumas perguntas ao senhor. Se tiver alguma pergunta que o senhor não quiser responder, fique à vontade. Se tiver alguma dúvida também pode perguntar.

Eu vou iniciar as perguntas e, depois, na hora que for responder, peço ao senhor que se identifique, fale qual é a indústria que o senhor representa, está bom? Para ficar registrado aqui.

Diante dos indicadores de alta concentração na compra da matéria-prima de leite em Rondônia, o segmento industrial que o senhor representa pode afirmar que o preço pago ao produtor ele é ditado pela livre concorrência?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Boa tarde a todos.

Meu nome é Rodrigo Figueiredo Bertelli, sou sócio-administrador do Laticínios Rolim de Moura.

Deputada, a concorrência é livre. Tanto é que, se eu pago menos, eu perco leite. Se eu pago a mais, eu perco leite. Então, não existe conluio, nada disso.

Tanto é que meu preço médio é diferente do preço médio de outro, que é diferente do preço médio de outro, que é diferente do preço médio do Conseleite. Cada indústria tem a sua política de preço, mas cada uma paga diferente da outra. É muito próximo, porque é o mercado, mas a lei de concorrência existe.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Há quanto tempo o senhor está no mercado?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – O nosso está aqui desde 1991.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bastante tempo, não é?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por

videoconferência) – Bastante. Nesse ano são 35 anos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eita! Uma vida.

Qual é o prazo para o pagamento do leite captado por sua indústria aos produtores? Preço para pagamento.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – O prazo médio de pagamento, eu vi as pessoas anteriormente falando em 20 dias, 40 dias... eu acho que está tendo uma confusão ainda.

A captação é de 1 a 30, ou de 1 a 31, ou de 1 a 28. Mas, o prazo médio de captação são 15 dias. Porque o que captou no dia 1º vai até o dia 30, mas o que captou no dia 30 já foi, já dá um médio de 15. E o pagamento é mais ou menos até o dia 25.

Então, 15 com 25 dá um prazo médio de 40 dias de pagamento. Não é nem 20, nem 40, nem 50, como tem gente falando aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O prazo do senhor é 40 dias?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – É a média que é para todo mundo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Quando a gente ouviu os produtores, a gente viu uns prazos mais ou menos disso para lá, sabe? Eu achei estranho e falei, vamos ter que...

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Porque se ele, tudo bem, o leite que ele entregou dia 1º, ele vai receber só no dia 25, vamos supor. Então, vai dar 55 dias. Mas o leite que ele entregou dia 30, vai também receber no dia 25. Dão 25 dias. E, 25 com 55, está claro aí então a média.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Quais os critérios técnicos e objetivos o laticínio que o senhor representa utiliza para compor o preço pago ao litro de leite?

É o volume, distância, estradas, a fidelidade, a ordenha, a qualidade?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – O preço-base é o do mercado. E aí existem as variações de volume, da qualidade e dos benefícios, das bonificações.

De distância, a gente não tem. Porque quando tem muito produtor e a gente vai reclamar: “Eu estou perto aqui, eu queria receber mais”. Mas o outro está lá e ele não quer receber menos. Então, isso aí não tem como... Antigamente, muito antigamente, quando era época de leite de galão, existia um tal do frete segundo um percurso, que um pagava mais, um pagava menos. Mas, depois da granelização, que todo mundo entrega o tanque de esfriamento, não existe mais nem esse frete segundo percurso, que muita gente já ouviu falar. Então,

de distância não tem.
Mas de qualidade e de volume, principalmente, tem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Como o senhor avalia a metodologia do Conseleite?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – O Conseleite, hoje, aqui em Rondônia, que está aqui desde 2009, quando foi criado está desde lá com a mesma universidade, aquela do Paraná, professores que são da Universidade do Paraná. E eles já faziam isso em outros Estado, lá no Paraná mesmo, se não me engano faziam no Mato Grosso e alguns mais. Então, a metodologia está mais do que provada que equivale isso. Não é porque Rondônia está ruim e do Mato Grosso está melhor um pouco, a metodologia é a mesma.

Então, está mais do que provado que a metodologia está certa, está correta. Não ia ser Rondônia que está errada e os outros estão certos. Os professores, não são só eles que fazem os Conseleites nos outros Estados do país. Mas é uma metodologia consolidada já, de composição de preço, de pagamento, de custo de produção, custo da indústria, custo de venda, tudo isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A planilha capta fielmente o custo real dos insumos regionais e os valores de referência são praticados pela indústria ou o Conselho apresenta um desequilíbrio político com alguns segmentos, controlando as decisões econômicas para proteger suas margens?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Não, não. O Conseleite é completamente fora disso tudo. Ele faz baseado simplesmente nos números. Ele não está beneficiando nem um nem outro. Tudo o que é informado para ele, tanto na Câmara Técnica que faz a composição tanto dos custos dos produtores quanto dos custos das indústrias, é um órgão independente até que nem a diretoria do Conseleite, que fazem parte das indústrias e dos produtores, têm acesso direto. Só os componentes da Câmara Técnica é que estão fazendo isso. Estão pegando os dados de todos os custos das indústrias, os dados de custos dos produtores, para fazer uma planilha nova a cada tempo, que é refeita. Essa última, eu acho que faz um tempo. O ano passado não teve o resultado final da Câmara Técnica, vai sair agora uma, esse ano.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O senhor lembra qual foi a última vez que saiu o resultado da Câmara Técnica?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Eu acho que faz uns 3 anos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Isso não se torna prejudicial tanto à indústria como ao produtor?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Para todos. Para todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Porque tudo é levantamento de custos.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - O produtor pode reclamar, porque chegou na pandemia todo mundo reclamou que o preço do milho foi lá para cima, o preço da soja foi lá para cima, da ração, da vacina, tudo. Enquanto para a indústria também. Por exemplo, com aumento do petróleo, embalagem não é que duplicou, não, triplicou às vezes o preço de embalagem. Nessa época agora, o custo de frete aumentou absurdamente. Então, não é o ideal, mas é o possível.

Não tem como fazer um levantamento todo mês, porque a gente está vendo agora, está fazendo esse levantamento agora, já está demorando quase 1 ano. Então, não tem como alterar todo mês isso daqui. Infelizmente, é a verdade. Mas de tempo em tempo é feito um recálculo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas na opinião hoje, vocês acham que está sendo prejudicado por conta disso?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Eu acho que os dois estão sendo prejudicados. Tanto o produtor quanto a indústria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas a indústria também tem esse entendimento?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Sim. Como eu disse, eu tenho uma planilha aqui, o custo de frete nosso, desse aumento, de outubro para hoje, triplicou. Eu entendo, mas é o possível.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Houve uma solicitação dentro do Conseleite para essa atualização dos custos operacionais?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - É a Câmara Técnica. É a Câmara Técnica que está fazendo isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas já foi feita essa solicitação também por parte dos produtores e da indústria?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - No passado. Sim, no passado. Na época, a Câmara Técnica está rodando já faz um tempo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por

videoconferência) - Tinha mais uma parte da pergunta que a senhora fez, desculpe, eu acho que eu não lembro agora. A senhora perguntou mais alguma coisa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eu tinha perguntado aqui, mas acho que o senhor respondeu boa parte. A planilha capta fielmente o custo real dos insumos regionais e os valores de referência? E os valores de referência são praticados pela indústria ou o Conselho apresenta um desequilíbrio político com algum segmento controlando as decisões econômicas para proteger suas margens?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Não, favorecimento nenhum dos lados têm. Agora, quanto à outra parte dos preços, eu não sei se eu consigo compartilhar um gráfico para a senhora. Deixa eu ver se eu consigo. Você consegue ver isso aqui? Alguma coisa diferente? Não? Não, acho que eu não consegui. Espera lá.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas se o senhor quiser mandar para o Daniel aqui, o Doutor Daniel, que fez contato com o senhor.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Achei aqui. Apareceu? Conseguiu ver o gráfico?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Esse gráfico foi fornecido na reunião do Conseleite de anteontem. Desde 2024.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O preço referência desse mês foi o quê?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Não. As linhas vermelha, azul e verde são o preço mínimo, o preço de referência e o preço máximo de referência. Consegue ver ou não?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Esse gráfico foi fornecido na reunião do Conselho de anteontem. Desde 2024.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O preço referência desse mês foi o quê?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - As linhas vermelha, azul e verde são o preço mínimo, o preço de referência e o preço máximo de referência. Consegue ver ou não?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Essa linha de baixo é a do preço mínimo. O mouse está aparecendo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Está aparecendo. Está dando para ver.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Essa linha azul é o preço de referência. Essa linha verde de cima é a do preço máximo. E essa linha preta é a do preço médio, pago pelas indústrias de Rondônia, de acordo com o levantamento do Conseleite. Como você pode ver, essa linha preta nunca baixa do preço da linha azul. Então, o preço médio pago por todas as indústrias que fornecem a informação para o Conseleite, sempre foi acima do preço de referência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Na sua percepção, os valores de referência estabelecidos pelo Conseleite têm contribuído para melhorar os preços pagos do leite aos produtores rurais?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Quase voltando nesse outro gráfico, mas eu tenho outras informações que nem apareceram. O preço do Conseleite de Rondônia, de novo, o preço do Conseleite, temos que entender que o Conseleite não é ditador de preço, é ditador de referência, de tendência; de alta ou de baixa estabilidade.

O de Rondônia segue o preço do Brasil inteiro. Se o preço está subindo, o preço de Rondônia está subindo. Se o preço está caindo, o preço de Rondônia também está caindo.

É lógico que existe a diferença de sazonalidade. Aqui em Rondônia, agora, nós estamos entrando na seca. No restante do Brasil, principalmente Sul e Sudeste, está entrando na safra. Então, pode acontecer de o preço, aqui, subir agora; e do preço para lá, cair. Mas, você juntando a sazonalidade dos dois grupos, Brasil e Rondônia, a subida e a queda, é igual para todos.

Então, o Conseleite está mostrando a mesma coisa no Brasil inteiro. Ele mostra ao produtor de Rondônia, se vai subir, ou se vai cair; como mostra para o resto do Brasil também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. A metodologia do Conseleite depende dos dados de rendimento industrial e preços de venda de leite e derivados fornecidos pelas próprias indústrias. O laticínio o qual o senhor representa, garante que as planilhas enviadas não são artificialmente subfaturadas ou subestimadas, no caso?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Não, eu garanto que o que eu mando, é a realidade. E eu continuo. Se tem dúvida, é só pedir para a Sefin. Tem todos os dados, todas as notas fiscais. E se quiserem ver, pode vir aqui também, não tem problema nenhum. A verdade está sendo enviada,

não tem nem como esconder, porque é dado público.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim. Há alguma auditoria, fiscalização sobre esses dados que são disponibilizados ou não?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Não, porque assim, os dados são enviados para o Conseleite; e o Conseleite trata esses dados de forma anônima para mostrar ao público, porque esse é um dos requisitos do Conseleite. Ele não expõe os dados de quem é quem, mas ele trata sobre o uso dos dados.

Então, se alguém duvidar, é só a Sefin ficar junto ao Conseleite para receber os dados dessa empresa. “Está certo?” “Está!” Tanto é, que está faltando uma parte nisso, que em 2020 teve um Projeto de Lei, deixa eu pegar o número dele aqui... a Lei 4.792/2020, tornou obrigatória a adesão ao Conseleite por todas as indústrias do Estado de Rondônia, para terem um benefício fiscal do crédito presumido de ICMS, franqueado, lá, pelo Estado.

Então, qualquer empresa que tiver usufruindo do benefício fiscal, é obrigatório, é obrigada a enviar as informações ao Conseleite. Se alguém está conferindo isso aí, eu não sei te dizer, sinceramente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Se o seu laticínio expandir a captação para a rota de um concorrente, oferecendo um preço maior, nesse caso, é possível haver retaliação? Ou já teve caso em que houve de fato, retaliação?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Eu queria até falar uma coisa: eu acho que a palavra “retaliação”, que a senhora está colocando, está, está... Esqueci o nome da palavra... Está acuando alguém a falar. Parece assim... Eu ouvi o Giovane falando: “Ah, a gente sofre retaliação.” Não é retaliação. Ninguém fala assim: “Eu peguei o leite do outro”. E o outro: “Se não pegar, eu vou te matar.” Não, não existe isso.

A retaliação que existe é: eu preciso desse leite “x” para a minha indústria. Eu perdi esse leite, eu vou atrás de outro. A retaliação seria essa: eu vou procurar outro leite de outra indústria que eu consiga pegar para mim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Perde só o cliente, na prática, não é?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Exato. Exato. Tanto é que eu tenho os números aqui. Vou compartilhar, que está dando trabalho, mas eu fiz o levantamento aqui. Nos últimos 12 meses, minha indústria perdeu 343 produtores. Nos últimos 12 meses.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sério? Nossa.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Mas eu peguei 186.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas o senhor acha que esses que o senhor perdeu, algum, teve casos de produtores que saíram da atividade, de fato?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Alguns, sim, mas não todos. Saíram, foram para outros laticínios.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Mas, por exemplo, perdi 343. De média dá 237 litros por mês, nesses 12 meses, tive perda de cada produtor. Só que eu peguei 186 com média de 504. Eu peguei menos produtores com mais leite do que eu perdi.

Então isso aí existe em todo lugar. Um sai dali, vem para cá, outro sai de lá, vem para cá, eu perco outro para lá. Tanto é, eu estou aqui em Rolim de Moura, na Linha ***, na esquina da *-*** com a ***, tem produtor da Linha *** ** e na Linha *** ***(dados anonimizados conforme LGPD), está dentro do meu laticínio. Eu não pego nem um litro de leite. Eles vão para outro laticínio. E cada um faz, busca o melhor para eles, tanto para o laticínio quanto para o produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor tem observado essa redução do número de produtores de leite como também um volume de leite nos últimos cinco anos?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Bastante, e não é nos últimos cinco anos, não. Vem dos últimos dez anos, pelo menos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na opinião do senhor, com a experiência que o senhor tem, quais fatores o senhor acha que têm levado para que isso pudesse estar acontecendo?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Eu acho o principal é a mão de obra. Não é que a mão de obra, assim, normalmente a produção de leite é uma produção familiar. E o filho não quer continuar o serviço do pai, a ver aquilo que é difícil, tudo. Mas, a gente consegue ver, isso é uma verdade, que tem muito filho que vê o potencial daquilo, sai para estudar, volta e vai tocar aquilo e vai tornar aquilo lá uma atividade profissional. Tipo, não ser um tirador de leite e, sim, um produtor de leite. Querer se especializar e querer melhorar para poder aumentar a produção dele.

E eu acho uma das coisas que fez desestimular o produtor foi que antigamente existia uma guerra desenfreada de preço por produtor. E o produtor produzia 10 litros, recebia o mesmo tanto do produtor que produzia 200 litros. Então, ele não queria melhorar aquilo. Ele: “para mim tá bom”, e aí foi ficando, foi ficando, foi ficando, até que chegou no momento que a gente, a nossa indústria

começou a pagar por volume para tentar incentivar isso. "Olha, você está recebendo menos, porque está produzindo menos. Se você produzir mais, você vai receber mais, muito mais."

E aí a gente tenta os caminhos de incentivar isso, a gente tem os nossos processos, nosso programa de incentivo e tudo que é para tentar melhorar. Só que, infelizmente, a gente não consegue abarcar todo mundo. Mas que está acontecendo isso, está.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É uma situação bem difícil, não é?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - É.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A produção do Estado caiu, do Estado de Rondônia, de 3 milhões, para em torno de 1,5 milhão de leite produzido/dia. A indústria atribui isto à ineficiência do produtor? Mas se a margem industrial fosse justa, o produtor não investiria mais em tecnologia? Qual a visão que o senhor tem sobre isso?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Foi isso o que respondi anteriormente à senhora. Mesmo ele recebendo muito, ele não estava preocupado com isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não está motivado.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Naquele gráfico que eu mostrei à senhora, teve uma época, em setembro ou outubro de 2024, o preço médio pago pelas indústrias foi maior do que o preço máximo até. E o produtor estava recebendo esse a mais e não estava indo atrás de melhorar a produção dele. Estava só recebendo a mais, estava achando bom com aquele tanto que ele tinha, estava recebendo a mais.

Então o produtor tem que querer também. Não adianta só a indústria pagar se ele não quiser.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na opinião do senhor, o senhor acha que a maioria não tem essa vontade de crescer?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Eu não posso falar que é a maioria, mas é muita gente. Porque, mas aí é que está: às vezes a gente pega o produtor, tem produtores grandes que a gente dá assistência técnica, tudo. Não grandes, mas que cresceram dando assistência técnica. A gente pega o produtor, leva, mostra tudo, mas não surte efeito, ele não liga aquilo lá, que aquilo lá pode melhorar para ele, mudar a vida para ele. Ele quer saber do preço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor

acha que também falta algum apoio, talvez? Será que é o medo também? Porque, assim, para melhorar, tudo tem que se investir. Será que há uma insegurança, falta políticas públicas que venham motivar esses produtores?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Mas o medo dele, ele tem que perder esse medo olhando o outro, olhando o vizinho que está produzindo e não está reclamando do preço.

A gente tem produtor, a nossa indústria aqui não tem produtor grande, igual tem outros, mas tem produtor que nem vai lá, porque ele já virou uma indústria, virou uma empresa para ele, ele só gerencia. E ele está produzindo e está sobrando dinheiro para ele. E ele não está recebendo, tem incentivo de volume igual tem o outro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Mas desculpa, a senhora perguntou mais. Falta alguma coisa? Sim. Infelizmente, o crédito hoje está caro, e isso a gente tem muito mais medo de pegar. Então, crédito subsidiado como existia tempos atrás, precisa ter. É um ônus que tem que ser gasto pelo governo, mas precisa ter cobrança naquilo. Não é só: "toma o dinheiro e não faz nada".

E aí, quando existe às vezes os programas, aqui tem o técnico da Emater, se o projeto foi seguido ou não, e a gente está vendo que não está fazendo nada. Por exemplo: não sei se é a hora de falar disso, por exemplo, nesse gráfico que eu mostrei, o preço médio pago pela indústria, segundo o Conseleite, em abril, foi R\$ 2,21, mais ou menos. A Emater coletou R\$ 1,64. Não tem nem esse preço, nem se a pessoa pagasse o mínimo do Conseleite, daria esse R\$ 1,64.

Então, eu não sei que serviço é esse que a Emater está fazendo. Se ela pergunta só: "quanto você recebeu?", o produtor fala e ela aceita, porque eu não sei. E agora, por exemplo, o Condalron (Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Leite do Estado de Rondônia) acabou. Foi todo dinheiro que era do Condalron, para a Emater. Mas, a Emater tem que mostrar serviço também. Se ela está recebendo esse dinheiro tudo, ela tem que fazer para a produção aumentar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

Na sua avaliação, a indústria a qual o senhor representa cumpre a contrapartida social exigida pelos incentivos fiscais recebidos, o crédito presumido e o diferimento de ICMS?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Da parte federal, que tem o Programa Mais Leite Saudável, que é o crédito do Pis e Cofins...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A inspeção do senhor é SIF ou é SIE?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Era SIF até o começo desse ano, a gente passou para o Idaron, agora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – É. Essa indústria aqui em Rolim de Moura, Novo Horizonte e Santa Luzia, as unidades. Tem outra unidade nossa que é da Sorolac, que é de soro em pó, que continua no SIF.

Isso aí a gente faz, tem esse programa de assistência técnica. A gente dá o técnico, a gente dá a análise de solo e tudo, a gente paga R\$ 0,04 a mais por litro, por produtor, para ele poder fazer a melhoria dele. O gasto que o produtor é se **(ininteligível)**, você tem que fazer cerca, você tem que fazer piquete, esse é o gasto do produtor. Você tem que ter ração, esse é o gasto do produtor, mas a gente ajuda a pagar, não dar. O que a gente dá é esse incentivo de R\$ 0,04.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O senhor, mediante a tudo isso que está acontecendo, essa queda, produtores desistindo da atividade, o senhor, como empresário hoje, que tem um laticínio, como o senhor vê tudo isso? Porque também há uma preocupação para quem está nesse segmento. Acho que hoje para o produtor está difícil, mas para as empresas, as indústrias também estão em uma situação delicada por conta da desistência da própria atividade, do que a gente tem visto acontecendo no estado de Rondônia. Tem se pensado alguma forma de se juntar, no sentido, assim, hoje, os laticínios, para tentar trabalhar alguma proposta, alguma questão no sentido de melhorar esse segmento para que ele possa, cada dia, se tornar mais produtivo, ser aquilo que já foi no passado?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Sim, deputada. Felizmente ou infelizmente, a gente está num mundo globalizado. Então, tudo que acontece em qualquer lugar afeta todo mundo. A questão da importação, eu sei que foi falado já, que Rondônia está importando, mas é só papel, que a arrecadação maior, mas foi o que o Giovane até falou anteriormente aí, mas o que está sendo importado por Rondônia pode ser só no papel, mas ele está entrando em outro lugar. E o outro lugar aumentou a produção de leite em pó, ou o que for, e isso vem afetar a gente aqui. Mas a senhora mesma disse que o representante da Sefin falou: “Ah, mas, se Rondônia não fizer, outro Estado faria.” Então tem que ser todos. Tem o Conselho Nacional de Política Fazendária. Vamos juntar todo mundo e falar: “Acabou.” Então, não faz mais isso. Ou chegar o governo federal e falar: “Não, tem cota.” Igual a gente tem cota para exportação para a China, por que a gente não tem cota para importação de leite em pó do Mercosul? Porque, do jeito que está, vai acabar para todo mundo. Vai acabar para as indústrias, vai acabar para o produtor. E o Brasil, daqui a pouco, vai

virar importador de leite, porque não vai ter produção. Se o produtor não se especializar, não se tecnificar, não melhorar a produção dele... Porque, de novo: “Ah, tem um produtor...” Eu lembro que, na reunião em que foi pedida a criação do CPI, teve uma técnica da Faperon, se não me engano, que falou: “O custo do leite do produtor está em tantos reais.”

O produtor tem que saber... Não é pegar o quem falou para lá, que o custo dele é esse e ele falou: “Não, o meu custo não está dando.” Ele tem que se tecnificar e ele tem que saber: “Ah, o meu custo é esse. Está dando. Não está dando. Eu tenho que melhorar ou não tenho que melhorar.” O produtor tem que fazer isso.

Do mesmo jeito que eu faço. Esse ano eu troquei a produção da muçarela. Nós tiramos e trocamos produtos, melhorando produtos, comprando outros produtos para poder melhorar o rendimento e melhorar a rentabilidade de tudo. Se eu não fizer isso, vou ficar para trás do mesmo jeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Verdade.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Então é todo mundo. Está ruim? Está ruim. Está ruim para todo mundo. “Ah, mas para o laticínio não está ruim.” Vem para cá, senta aqui e vamos ver se está ruim ou se está bom. Eu convido. Pode vir. Então, está assim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) - Ele vai falar: “Ah, você está explorando. Ah, você está andando de carrão.” Não. Eu estou produzindo, tenho uma empresa. Eu faço conta, eu faço tudo. Eu não estou explorando produtor. Eu estou produzindo com o que eu tenho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Senhor Rodrigo, nós temos aqui o Professor Otacílio, que participa conosco também desta oitiva, e temos também a Deputada Dr^a Taíssa e o Deputado Delegado Camargo, que estão participando de forma remota. Professor Otacílio, tem algum questionamento que deseja fazer?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Senhor Rodrigo, obrigado por estar participando e contribuindo com a CPI.

Não sei se você deve ter ouvido a minha fala, junto com a do Giovane, na última oitiva, sobre a questão de vocês, por exemplo, no caso de vocês, que é um laticínio de longa data, diferente do Laticínio Tainara, que está começando agora, vocês fazem venda direta aos mercados ou também têm atravessadores? Imagino que façam venda direta.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Aqui em Rondônia a gente vende

direto para os mercados.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Direto, não é?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Mas, para São Paulo, a gente tem um distribuidor. Aqui em Rondônia é tudo venda direta.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Exato, tranquilo. Venda direta, não é? Beleza, perfeito. E sobre a questão da qualidade do leite, o que o senhor pode falar para a gente? A falta de um laboratório de análise da qualidade prejudica bastante? De repente gera até essa assimetria de informação entre o produtor e a indústria?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Bastante. Vou até aproveitar. Eu lembro que o senhor falou isso. O senhor falou que tentou começar a fazer esse laboratório aqui em Rolim. Não sei se o senhor sabe, mas nós já tentamos fazer esse laboratório. Tentamos, porque as indústrias ajudaram. Primeiro, teve um laboratório que tentou ser feito aqui em Rolim, tem um prédio construído pelo Sesc/Senai, ali do lado do ginásio, onde tentaram fazer esse laboratório, e não virou.

O Condalron deu dinheiro para o laboratório que fica lá em Porto Velho, no MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), para ser feito esse laboratório. Já umas duas ou três vezes. A Assembleia pode levantar quanto dinheiro a Condalron repassou para esse laboratório. E, até hoje, nada disso.

Eu rezo, pelo amor de Deus, para que tenha esse laboratório, onde quer que seja aqui em Rondônia, porque a gente tem que mandar as nossas para Piracicaba em São Paulo. E, se o produtor, exatamente como o senhor falou, é um acompanhamento, se ele visse o que está produzindo, ele também não reclamaria: "Ah, o produtor está recebendo mais." Está recebendo mais porque o leite dele não é igual ao seu. Mas ele precisava ver isso. Ele precisava ver isso.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Perfeito. Eu acho que é uma conversa que a gente vai ter. Tem que ver esses erros aí.

Eu me lembro desse laboratório lá de Rolim de Moura. Eu me lembro dele. Era um laboratório de alimentos em geral, que fazia análises. Talvez não tenha sido montada a estrutura correta.

Mas, como eu falei, no campus de Rolim de Moura nós temos uma professora que é de São Paulo e especialista nessa área. Ela já trabalhou muito tanto na análise do produto in natura quanto dos produtos lácteos fabricados.

Então, acho que a gente pode marcar uma reunião, chamar essa professora, junto com a diretora do campus de Rolim de Moura, Mayra Araguaia, junto com a reitora da Universidade Federal de Rondônia, para começar a conversar. O espaço lá já tem, falta apenas, de repente,

equipar, ou seja, montar a estrutura correta para não cair em erros do passado.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Esse aqui de Rolim de Moura, que foi a Fiero junto com o Sesc/Senai não teve dinheiro público. Só teve dinheiro da Fiero, Sesc/Senai. Agora, esse de Porto Velho teve muito dinheiro Condalron. Mas muito. E não virou nada.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO – Vamos torcer para que, de repente, estabeleça parceria e a Universidade Federal de Rondônia, campus Rolim de Moura, possa se equipar e prestar esse serviço. Como eu falei, de repente, manda lá para São Paulo, mas não dá o feedback. De repente, a universidade, com a pesquisa aqui, ou seja, para além de fazer análise, com a pesquisa que ela pode prestar também, pelo menos algumas amostras ali, prestar mais do que um serviço da análise, mas também prestar esse serviço e dar uma resposta para melhoria dessa qualidade. A gente espera isso.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Existe hoje o que chama PQFL (Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite), a gente é obrigado por lei a fazer isso, pelo Ministério da Agricultura. A gente recebe esses dados e faz um acompanhamento. E é feito um levantamento estatístico, se a pessoa ficou em certa faixa de contagem, se ele ficou acima, se ficou abaixo, se saiu da contagem tem que ser retirado, não pode fornecer leite. Existe isso. Mas, às vezes, não é suficiente, mas é um controle que a gente tem que fazer. Se ele saiu da faixa dele ou tem visita semanal, ou tem visita quinzenal. Quem está dentro da faixa é visita mensal. Isso existe. Mas, não sei se está surtindo efeito.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Perfeito. Somente isso, deputada. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Professor Otacílio. Senhor Rodrigo, o Doutor Daniel também quer fazer um questionamento aqui para o senhor.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Boa tarde, Senhor Rodrigo. Senhor Rodrigo, o senhor é o atual Presidente do Sindileite? Não?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Não, é o Rogério, meu irmão. Ele está viajando.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Ah, é o Rodrigo e o Rogério, na verdade.

Eu quero fazer uma pergunta para o senhor relacionada à questão da importação do leite em pó. A gente teve acesso a alguns dados que dão conta que o Brasil importou, em 2025, aproximadamente 1.776 toneladas

de leite em pó, totalizando cerca de 666 milhões de dólares em transações comerciais. Desse volume total, as importações se concentram, a maioria, nos países do Mercosul, especialmente Argentina e Uruguai, que juntos dão, aproximadamente 85% de todo o volume.

E os dados também indicam que Argentina e Uruguai correspondem, conjuntamente, a 86% de todo o volume do leite importado durante o período analisado de 2025. E que também esses dados indicam que esse volume total de importações representa apenas cerca de 4% do que é comercializado internamente no Brasil.

Eu gostaria de ver com o senhor, porque muito se fala nessa questão da importação, de que isso é o problema, de que o leite entraria aqui subsidiado por países, principalmente do Mercosul, que tem uma produção mais facilitada e tudo mais, entra aqui e afeta o mercado interno. A pergunta vai nesse sentido. Qual que é o volume que vocês têm conhecimento, enquanto Sindileite, enquanto entidade representativa, e qual é o impacto disso, real, no mercado interno?

Como o senhor falou, o leite não fica aqui em Rondônia, mas ele vai para um mercado, por exemplo, do Paraná, mas lá vai haver uma interferência no mercado de lá, e esse leite vai retornar para cá e vai pressionar o mercado interno aqui do Estado de Rondônia. A pergunta é nesse sentido: o que vocês têm conhecimento sobre o volume total de importações, o que isso representa no mercado brasileiro. Para gente ter essa ideia do que, de fato, acontece na prática.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Sinceramente, eu vou falar para o senhor. Eu não sei os números exatos disso, do quanto é importado, o volume que é e o que representa. Mas o que eu digo é o seguinte: por exemplo, eu lembro que anteontem no Conseleite o professor colocou os dados, o preço equivalente do leite em pó a 4 mil dólares, 4 mil dólares, a grosso modo, a tonelada dá R\$ 20 mil, do em pó. O leite em pó é 8 para 1. Então, R\$ 20 mil dividido por 8 dá R\$ 2.500,00... não. São 4 mil dólares a tonelada, dividido para mil, dá 4 dólares o quilo; 20 dividido por 8 dá R\$ 2,50 o quilo equivalente. Vamos falar a R\$ 2,50 o litro de leite.

A gente está pagando, preço médio do mês passado deu R\$ 2,22. Esse leite está chegando aqui foi comprado do produtor lá da Argentina, do Uruguai; ele foi processado, foi produzido, foi transportado, e está chegando aqui a R\$ 2,50. Como é que a gente vai competir com isso? "Ah, o volume é pouco, não é representativo", mas se o cara falar: "Ah, eu posso comprar isso aqui a R\$ 2,50", e se esse aqui subir de R\$ 2,50, eu vou lá comprar mais, então. Então, ele pressiona para baixo, todo mundo.

A muçarela, que vem importada, é a mesma coisa. Ah, a muçarela ficou cara? Eu vou lá e compro mais. Esse é o negócio. Se não tem fronteira, não tem barreira, não tem nenhuma, se ficou mais caro aqui, ele vai comprar lá.

E aí, o Governo do Estado está incentivando isso, porque, está custando R\$ 2,50 e ele está pagando R\$ 1,00 e

pouquinho de ICMS, equivalente, para pagar ainda no outro mês, e tudo. Se falou: "Se não fosse aqui, seria de outro.". Então, o governo federal fala: "Tem uma cota, vocês podem fazer tanto com isso aqui. Não interessa se fica em Rondônia, se vem para o Tocantins, ou se vem para o Paraná.".

O Brasil coloca isso. Porque, se quer proteger o produtor nacional, alguma coisa tem que fazer. Ou ele dá dinheiro direto ao produtor, ou ele barra no outro lado. O governo escolhe. Porque a gente está competindo é com isso.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS – Certo, eu agradeço a resposta do senhor. A gente aqui da Comissão, que faz a assessoria técnica da presidência da CPI, vai buscar esses dados para ver o real impacto. Aparentemente, cada setor fala uma coisa do que realmente entra e tal, e é necessário mensurar qual é o impacto disso, inclusive indireto, como o senhor acabou de explicar.

Eu agradeço a resposta do senhor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, senhor Rodrigo, pela participação, pela contribuição que o senhor deu aqui nessa oitiva da CPI sobre a cadeia produtiva do leite.

E, para finalizar, o senhor gostaria de falar alguma coisa que a gente não perguntou, não questionou ao senhor?

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Eu gostaria, deputada, de lembrar uma coisa. Ano que vem entra... A reforma tributária já entrou. Mas ano que vem entra a CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços), que é federal. Só que, depois, vai entrar o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). O IBS acaba com todo e qualquer incentivo fiscal. Acaba, inclusive, com a participação que as indústrias de laticínios pagam. Quando era o Condalron, pagam o Proleite e agora está indo pra Emater. Isso vai acabar. Não tem para onde o governo estadual querer dar crédito presumido, porque o IBS de quase todo produtor de leite, foi trazido a zero. E aí, eu até eu acho que foi hoje cedo, a senhora deputada fez uma pergunta, também; eu não lembro se foi para o Fernando, ou foi para o representante da Italac: "Se a gente acha que o incentivo que o governo deu foi bom, se ajudou na época?". Foi bom. Mas não foi o melhor. Tanto é, que em Goiás e Minas, existe até hoje, o incentivo um incentivo semelhante, só que eles têm crédito. Aqui em Rondônia, a gente não tem crédito de nada. Nada, nada, nada. Então, a alíquota efetiva, aqui em Rondônia, para os nossos produtos, a externa dá 3 pontos, para fora do Estado vem a 3%, mas é 0.75, 3.75%, mais ou menos; e a interna, 4%, mais ou menos 5%. Lá para baixo, como eles têm crédito, é menos que zero. Porque eles têm crédito de ICM de embalagem, crédito de ICM de máquinas, equipamentos; crédito de ICM de energia, tudo isso.

A gente nunca teve nada. Então foi bom, mas não foi, não elevou a competitividade de Rondônia ao mesmo nível dos outros Estados. Só chegou próximo. E aí, isso que

eu lembrei. Quando entrar a CBS, isso acaba para todo mundo. Mas acaba inclusive o dinheiro do Proleite, que está indo para a Emater hoje; que era para Condalron. Então, eu peço a vocês, deputados, que pensem em uma solução para isso também. Se hoje, a gente, com o dinheiro que a gente tem, não está tendo resultado, com esse dinheiro sendo reinvestido no produtor — pois foi reinvestido e não houve resultado — o que vai acontecer quando nem tiver esse dinheiro?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Correto. Compreendi. A gente vai ficar antenado nessa situação, está bem?

Então eu finalizo aqui, agradecendo a participação do senhor conosco, nos colocando também à disposição como Assembleia Legislativa. Estamos aqui também para poder ajudar.

Eu acredito que esse momento de crise vai ser um momento de muitas oportunidades também. A gente tem trabalhado em função disso, porque há uma preocupação da nossa parte. Acho que é o que todos desejam. Acho que o governo, o Governo do Estado, nós que estamos aqui no Parlamento, é ver os nossos produtores bem, mas ver as indústrias bem. Nós queremos que todos nesse processo ganhem; que todos estejam bem, porque é o desenvolvimento do nosso Estado.

É uma crise complicada, afeta; mas eu, eu penso que com sabedoria, com disposição, com investimentos também é possível se reverter esse quadro. A gente sabe que é desafiador, mas eu acredito que com responsabilidade nós podemos ter resultados diferentes.

E a CPI, em breve, vai ser encerrada, porém eu penso que essa pauta da cadeia produtiva do leite precisa de estar em evidência entre as indústrias, entre os produtores, as instituições, o Governo do Estado, para que a gente possa estar trabalhando essas políticas públicas. E, assim, uma política de Estado, que entre governo, saia governo e a gente possa dar continuidade. Eu acho que daqui para frente, senhor Rodrigo, a gente não pode se distanciar. A gente precisa de estar juntos para fazer essa construção, porque se a gente se unir só nesses momentos de uma CPI, não vamos ter resultado. Até porque o objetivo não é vir para cá para prejudicar, mas o objetivo é a gente estar junto para construir, para que todos caminhem bem, para não chegar ao ponto de a gente ter que fazer uma CPI para discutir uma série de problemas, denúncia.

E também começar a repensar, porque eu acho que o momento também está sendo de muitas ideias. Muitos que passaram por aqui têm trazido muitas sugestões de melhoria. Então, eu espero que a gente possa realmente conseguir aquilo que a gente almeja, que é a melhoria do setor.

Mas no mais, gratidão pela participação do senhor, foi muito importante a sua fala, ela contribuiu, a sua experiência dá essa condição também de ajudar bastante aqui nesse trabalho da nossa CPI. E parabéns pela resistência, pela luta aí de tantos anos no mercado, batalhando, porque a gente sabe que é bastante desafiador.

O SR. RODRIGO FIGUEIREDO BERTELLI (Por videoconferência) – Bastante. Muito obrigado. Até logo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Valeu, um abraço. Tchau, tchau. Até mais.

Agora a gente encaminha para os encerramentos. Mais uma vez agradecer toda a equipe aqui, todo o apoio técnico, por mais um dia de trabalho, um dia bastante produtivo. E vamos encerrar aqui.

Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente Reunião, eu convoco Reunião Extraordinária para o dia 14/07, a partir das 8h30, no Plenarinho 2 desta Casa de Leis.

Está encerrada esta Reunião.

(Encerra-se esta Reunião às 16 horas e 04 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 45/2026/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, considerando o Ofício nº Ofício nº 071/2026/FJJRO, de 24 de junho de 2026 (0896657) e Despacho 0897340.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, com fundamento no artigo 25 da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992, o afastamento do servidor **KLEBER LUIZ DA SILVA**, Assessor de Emendas Parlamentares, matrícula nº *****6703, pertencente ao Quadro Gerencial desta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para competir no Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu Esportivo, que será realizado na cidade de Las Vegas - Estados Unidos da América, nos dias **07 e 14/12/2026**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO Nº 1803/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ADRIANO PEREIRA DA ROCHA NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Articulação Municipal de Emendas Parlamentares, código DAG-02-A1, no Gabinete de Emendas Parlamentares, a partir de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900190

ATO Nº 1800/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

CAMILLA NOGUEIRA DE VASCONCELOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-07, da Divisão de Análise de Dados e Inteligência Fiscal, do Departamento de Planejamento, Orçamento e Inteligência Fiscal - Secretaria de Planejamento e Orçamento, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900102

ATO Nº 1799/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação do servidor **CRISTIAN FELICIANO VAZ**, matrícula nº *****7246, Assessor Técnico, para o Gabinete da Presidência, a partir de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0899971

ATO Nº 1801/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

EMANUEL UCHOA DA SILVA MARTINS BARATA, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Articulação Municipal de Emendas Parlamentares, código DAG-02-A1, do Gabinete de Emendas Parlamentares, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0900181

ATO Nº 1797/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

FLORINDA DETTMAN FELIX, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0899951

ATO Nº 1798/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação do servidor **ROBSON CRISTIANO DA SILVA**, matrícula nº *****0350, Assessor Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente, da Mulher e do

Idoso, a partir de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0899960

ATO Nº 1802/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

SAMUEL DA COSTA ARAGÃO, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de setembro de 2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0900188

ATO Nº 1804/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

VICTOR VALLONE SILVA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Presidência, a partir de 01 de outubro de 2026.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0900195

ATO Nº 46/2026/SEC-RH/DEP-GPEC/DCRF/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso

de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019;

Considerando o constante no processo nº 100.046.000371/2026-57;

RESOLVE:

PRORROGAR o Ato nº 10/2026/SEC-RH/DEP-GPEC/DCRF/ALERO, que concedeu o exercício das atividades laborais em regime de trabalho não presencial - RTNP, na modalidade Remota, à servidora **Catiene Magalhaes de Oliveira Santana**, matrícula nº *****8336, Assessor Técnico, lotada no Gabinete da Comissão de Fiscalização e Controle, pelo prazo de 04 (quatro) meses, no período de **25/09/2026 a 30/01/2027**, conforme Art.19 da Resolução nº 599, de 10 de dezembro de 2024.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral - ALE/RO

ATO Nº 47/2026/SEC-RH/DEP-GPEC/DCRF/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019;

Considerando o constante no processo nº 100.134.000012/2026-19;

RESOLVE:

PRORROGAR o Ato nº 12/2026/SEC-RH/DEP-GPEC/DCRF/ALERO, que concedeu o exercício das atividades laborais em regime de trabalho não presencial - RTNP, na modalidade regime de teletrabalho híbrido, da servidora **Josiane Celina da Silva**, matrícula nº *****8063, ASSESSOR DE DIREÇÃO, lotada no GABINETE DO ADVOGADO GERAL, pelo prazo de 06 (seis) meses, no período de **11/10/2026 a 10/04/2027**, sendo o controle de produtividade realizado pela chefia imediata, nos termos da Resolução nº 599, de 10 de dezembro de 2024.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral - ALE/RO

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0890720/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (07) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Ouro Preto do Oeste-RO/Ji Paraná-RO/Pimenta Bueno-RO/Espigão do Oeste-RO/Vilhena-RO/Cerejeiras-RO/Corumbiara-RO/Cabixi-RO/Colorado do Oeste-RO/Porto Velho, no período de 16.09.2026 a 22.09.2026, FINALIDADE de acompanhar e fazer a segurança da deputada Ieda Chaves em agenda nos municípios no interior de RO. Conforme processo nº100.501.000628/2026-56.

Nome	Cargo	Lotação
Francisco das Chagas Braga de Oliveira	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 16 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899526/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho - RO / Vilhena - RO / Porto Velho - RO, no período de 30/09/2026 a 02/10/2026 com a finalidade de realizar a cerimônia de encerramento do curso no município de Vilhena - RO, conforme processo nº 200.184.000292/2026-14.

Nome	Cargo	Lotação
Welys Araujo de Assis	Diretor Geral Escola do Legislativo	GAB. DO DIRETOR GERAL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 30 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899531/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho - RO / Vilhena - RO / Porto Velho - RO, no período de 30/09/2026 a 02/10/2026 com a finalidade de realizar a cobertura dos eventos de encerramento dos cursos, com apuração, entrevistas e criação de conteúdos para mídias sociais, conforme processo nº 200.184.000292/2026-14.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------



Vinicius de Souza	ASSESSOR ESPECIAL	SECRETARIA ADMINISTRATIVA
-------------------	-------------------	---------------------------

Porto Velho, 30 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899540/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho - RO / Vilhena - RO / Porto Velho - RO, no período de 30/09/2026 a 02/10/2026 com a finalidade de realizar a condução do veículo com servidores da Escola do legislativo, conforme processo nº 200.184.000292/2026-14.

Nome	Cargo	Lotação
Jivaldo Agripino Brito	COORDENADOR FISCAL	DIV. DE POLÍCIAMENTO, INFORMAÇÃO E CONTROLE OPERACIONAL

Porto Velho, 30 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899893/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (Sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Ji Paraná-RO no período de 05/10/2026 a 11/10/2026, com a finalidade de cumprir agenda por meio de atendimentos junto a população no escritório parlamentar, conforme processo nº 100.065.000293/2026-62.

Nome	Cargo	Lotação
NELSON JUNIOR GOMES DE SOUZA	CHEFE DE GABINETE	GAB. DEP. EYDER BRASIL

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899525/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Vilhena-RO/Porto Velho-RO, no período de 02.10.2026 a 05.10.2026, FINALIDADE de fazer a segurança da Deputada Estadual Rosangela Donadon durante agenda parlamentar, e conduzirá o veículo. Conforme processo nº100.621.000186/2026-81.

Nome	Cargo	Lotação
Jairo Lopes Duarte	ASSESSOR DE SEGURANÇA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 30 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0899465/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (02) duas diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Rolim de Moura-RO / São Francisco do Guaporé-RO / Costa Marques-RO / Rolim de Moura-RO no período de 29/09/2026 a 30/09/2026, com a finalidade de acompanhamento técnico, logístico e administrativo durante o cumprimento de agenda institucional externa, conforme processo nº 100.049.000201/2026-42.

Nome	Cargo	Lotação
ROBSON CRISTIANO DA SILVA	ASSESSOR TÉCNICO	GAB.PRESIDÊNCIA

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0900068/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (Sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de ARIQUEMES-RO/ CUJUBIM-RO / MONTE NEGRO-RO/PORTO VELHO-RO /ARIQUEMES -RO, no período de 02/10/2026 a 08/10/2026, para realizar a segurança do Deputado Pedro Fernandes e conduzirá o veículo do mesmo nos municípios ARIQUEMES-RO/ CUJUBIM-RO / MONTE NEGRORO/PORTO VELHO-RO /ARIQUEMES-RO nos dias 02 a 08 de outubro de 2026, conforme processo nº 100.060.000203/2026-83.

Nome	Cargo	Lotação
MELQUISEDEQUE ABRAMOVSKI	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.1723.000110/2026-61

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que realizará a contratação, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO**, inscrita no CNPJ nº **00.398.099/0001-21**, com sede no Q SCS QUADRA 02, nº 20, Asa Sul, em Brasília/DF.

O objeto da contratação é a inscrição de 01 (um) servidor para a participação no curso/evento intitulado “**4ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas da ABOP**”, que ocorrerá entre os dias 10 e 14 de agosto de 2026, em Brasília/DF, pelo valor total de **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, conforme consta nos autos do referido processo.

Porto Velho/RO, 30 de setembro de 2026.

Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini
Secretário Geral - ALE/RO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.050.000114/2026-56

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que realizará a contratação, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, da empresa **PRIME NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **64.202.337/0001-64**, com sede na Av. Governador Jorge Teixeira, nº 2662, Bairro Embratel, no município de Porto Velho/RO.

O objeto da contratação é a inscrição de 01 (um) servidor para a participação no curso/evento intitulado “**Treinamento de Oratória Academy**”, que ocorrerá entre os dias 03 de outubro de 2026 e 03 de maio de 2027, em Porto Velho/RO, pelo valor total de **R\$ 9.417,00 (nove mil quatrocentos e dezessete reais)**, conforme consta nos autos do referido processo.

Porto Velho/RO, 30 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário Geral – ALE/RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026/NCP/ALE/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.242.000013/2026-28
UASG 926919 – 094/2026 - AMPLA PARTICIPAÇÃO

A **Secretaria de Compras e Licitações - SCL**, por meio de seu Agente de Contratações, designado através do **ATO Nº 1932/2025-SUP-RH/ALE/RO**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, obtido por meio do **menor preço**, com o método de disputa **aberto**, observando-se as disposições a **Lei Federal nº 14.133/2021** e suas alterações, **Res. 593/2024-ALE** e, ainda, a **Lei Complementar nº 123/06** e suas alterações, suas alterações e demais legislações vigentes.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO NATALINA, SOB A FORMA DE LOCAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, LOGÍSTICA DE TRANSPORTE E DESMOBILIZAÇÃO DE ELEMENTOS ORNAMENTAIS TEMÁTICOS EXTERNOS E INTERNOS, PARA A DECORAÇÃO NATALINA ORNAMENTAL NO EDIFÍCIO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DE RONDÔNIA – ELERO E NO EDIFÍCIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA – ALERO, a pedido da **Secretaria Geral e Secretaria de Engenharia e Arquitetura**, conforme descrição detalhada no Anexo I – Termo de Referência.

Do Valor estimado: O presente processo licitatório está constituído POR ITEM/GRUPO e o preço máximo admitido para cada ITEM/GRUPO é sigiloso, será divulgado após a fase de julgamento das propostas.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **16 de outubro de 2026**, Hora: 10h00min.

CONSULTAS E EDITAL: <http://transparencia.al.ro.leg.br> - (Licitações); www.comprasnet.gov.br/; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho/RO, 30 de setembro de 2026.

Everton José dos Santos Filho
Agente de Contratações